

31º CURSO ANUAL NPC

**COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO
DA CLASSE TRABALHADORA
NA ERA DIGITAL**



4 A 7 | DEZ 2025 | RIO DE JANEIRO

NPC

Núcleo Piratininga
de Comunicação

DIA 4

MESA 1 4

COMUNICAÇÃO SINDICAL NA PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO MENTAL

- Um filme sobre a realidade do trabalho
que adoecce professores no Brasil 5

MESA 2 7

A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

- Experiências comuns: escravizados e livres no processo
de formação da classe trabalhadora no Brasil 8

MESA 3 17

ENTRE A POLÍCIA, A POLÍTICA, A JUSTIÇA E O CRIME ESTÁ O POVO TRABALHADOR

- Violência de Estado e Segurança Pública 19
- “Operação foi deboche ao STF”, diz ex-ouvidor da Defensoria do RJ 20
- Policiais antifascismo contra a política de extermínio 23
- Entrevista com Orlando Zaccone, autor do livro “Indignos da vida:
A Desconstrução do poder punitivo” 24

DIA 5

MESA 1 28

COMUNICAR PARA RESISTIR: A FORÇA DA COMUNICAÇÃO NAS CRISES ATUAIS

- “A grande mídia joga contra o interesse da maioria o tempo todo” 29

MESA 2 30

“SAÚDE É AUSÊNCIA DE MEDO”:

A COMUNICAÇÃO SINDICAL NA DEFESA DO SUS

- Direito de comunicar, o que isso tem a ver com saúde? 32
- Segurança no trabalho: 41 anos do acidente de Enchova 34

MESA 3 37

REDES SOCIAIS E A MARCA DO SINDICATO

- Para refletir: fórmula de engajamento, a métrica das métricas.
Será mesmo? 38

MESA 4 42

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E BIG TECHS

- Inteligência Artificial e Impactos Sociais 43

MESA 5 45

HOMENAGEM AO GRUPO TORTURA NUNCA MAIS

E AO CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS

- Trechos Do Livro “Fragmentos De Memórias Malditas: Invenção de si e de mundos” de Cecília Coimbra. Editora N-1. 46
- Mataram Chico Mendes! 51

DIA 6

MESA 1 55

EXTREMA-DIREITA E IMPERIALISMO:

CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO

- A luta de classes na visão da historiadora Virgínia Fontes 56

MESAS 2 E 3 64

DO PLANEJAMENTO À AÇÃO: MÃO NA MASSA

NA COMUNICAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

- Sejam bem vindos ao mundo de uma comunicação fácil, com representatividade e inclusão 65
- Comunicação popular: Radiodifusão comunitária, educativa, pública e comercial 69

DIA 7

MESA 1 73

“UNION”, SOBRE A LUTA DOS TRABALHADORES DA AMAZON NOS EUA

- Union 74
- Começa um novo capítulo para os trabalhadores do Amazon 75
- Os desafios para a organização sindical dos trabalhadores terceirizados e dos trabalhadores autônomos 80

DISPUTA DE IDEIAS NO NEOLIBERALISMO 86

- A comunicação mudou mas os donos da mídia são os mesmos de sempre 87





MESA 1

COMUNICAÇÃO SINDICAL NA PREVENÇÃO AO ADOECIMENTO MENTAL

**QUEM CUIDA
DE MIM ?**

Um filme sobre a realidade do trabalho que adoecer professores no Brasil

POR ANTÔNIA RANGEL (CONTEE) - 17/10/2025

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) traz como Dica Cultural o documentário *Quem Cuida de Mim?*, dirigido por Afonso Celso Teixeira, do Sinpro-Rio, em parceria com Cristiano Requião. A obra aborda um tema que durante décadas foi invisibilizado: o adoecimento mental dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. O filme foi lançado oficialmente no dia 29 de outubro de 2025, com exibição gratuita pelas redes do Sinpro-Rio, iniciativa que democratiza o acesso ao debate e amplia seu alcance nacional. O documentário nasce de experiências reais e é construído a partir de escuta, respeito e coragem política. Trata-se de uma obra que dá voz a professores e professoras que carregam silenciosamente as marcas de um sistema educacional que os explora, sobrecarrega e desumaniza.

Durante o pré-lançamento do filme, após a exibição, muitos relatos emocionados confirmaram a urgência de reverberar a temática. A professora Bárbara Peres afirmou que o sofrimento docente não é individual e fez um chamado que resume o espírito do documentário: as questões apresentadas ali são coletivas, amplas, e atingem educadores de todas as idades e regiões do país. Ela lembrou que a profissão tem sido atravessada por pressões cotidianas que extrapolam os limites emocionais e físicos que qualquer trabalhador é capaz de suportar.

Outro depoimento forte que ecoou no pré-lançamento foi o de um professor com cinquenta anos de sala de aula. Ao recordar sua trajetória profissional, revelou que chegou a trabalhar em cinco escolas simultaneamente para complementar renda, dando 79 aulas por semana e vivendo uma rotina tão exaustiva que sequer tinha tempo para cuidar de si ou da própria família.

Relatos como esse ilustram a situação vivida por milhares de educadores no Brasil, que enfrentam sobrecarga, múltiplos vínculos de trabalho, precarização contratual e ausência de políticas de valorização profissional. O cansaço extremo, a sensação de inutilidade e a perda do sentido do trabalho afetam a saúde mental e a dignidade profissional.

Entre as falas presentes após a exibição, também houve espaço para denunciar o impacto político e social que tem recaído sobre a categoria nos últimos anos. Um professor lembrou episódios de perseguição ideológica e assédio institucional que transformaram professores em alvos de hostilidade dentro das escolas.

Segundo ele, docentes foram filmados sem autorização dentro de sala de aula e passaram a ser tratados como inimigos simplesmente por exercerem a liberdade de ensinar. Esse cenário trouxe medo, ansiedade e insegurança para o ambiente escolar, gerando um clima de permanente tensão no exercício da profissão. Essas falas mostram que o adoecimento docente não é resultado de uma fragilidade individual, mas de uma estrutura de trabalho organizada para produzir desgaste. O que gera o sofrimento não é a suposta incapacidade do professor de lidar com pressões, mas a ausência de condições dignas de trabalho, a intensificação de tarefas, a violência, a desvalorização profissional e a transformação da educação em mercadoria.

O professor tem sido cobrado para ensinar, acolher, mediar conflitos, produzir relatórios, cumprir metas, atualizar-se constantemente e ainda administrar emocionalmente toda a precarização que se impõe sobre ele. Nenhum trabalhador suporta essa lógica indefinidamente.

O título do filme *Quem Cuida de Mim?* é uma pergunta política que expõe um abandono histórico. Quem cuida do educador? Quem protege o trabalhador da educação quando ele adoece? Quem assume a responsabilidade pelas consequências emocionais do ritmo das escolas, da falta de apoio e do excesso de cobranças? O documentário mostra que o sofrimento dos professores tem sido silenciado, tratado como fraqueza ou culpa individual, quando na verdade é fruto de um sistema de exploração que normaliza a exaustão e responsabiliza a vítima.

Mais do que emocionar, o filme é um chamado à consciência social e à ação coletiva. Coloca na agenda pública o direito à saúde do trabalhador da educação, que inclui não apenas assistência médica, mas proteção emocional, prevenção ao adoecimento e garantia de condições dignas de trabalho. Não significa falar de saúde mental apenas pelo viés terapêutico, mas pela perspectiva ética, humana e trabalhista. Não há educação de qualidade quando os profissionais que a sustentam estão adoecidos, desrespeitados e abandonados.

A Contee reconhece o documentário *Quem Cuida de Mim?* como uma obra relevante para o debate educacional brasileiro. O filme denuncia uma realidade urgente, mas também abre caminho para a construção de alternativas baseadas no cuidado e na valorização profissional. ‘Quem cuida de mim’ deve ser exibido e debatido coletivamente, preferencialmente acompanhado de rodas de conversa. O documentário é um potente instrumento de mobilização e reflexão, fortalecendo o diálogo sobre direitos trabalhistas, saúde emocional, combate ao assédio e defesa de condições dignas de trabalho. Nenhum educador deve enfrentar o sofrimento sozinho. É urgente construir redes de apoio, garantir políticas públicas de saúde do trabalhador, fortalecer a organização sindical e enfrentar a precarização educacional que tanto adoece a categoria. Cuidar de quem educa é defender a educação como direito social e compromisso com o Brasil. ✱



A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA



Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil

MARCELO BADARÓ MATTOS

*Texto apresentado no XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE
HISTÓRIA da Associação Nacional de História – ANPUH - 2007
pelo professor Titular de História do Brasil da UFF.*

Nos últimos anos, uma série de pesquisas vêm revelando a necessidade de, nos estudos sobre os processos de formação da classe trabalhadora, em diversas regiões do país, atentar-se para a centralidade da presença da escravidão e das lutas pela liberdade, particularmente na segunda metade do século XIX. Esta comunicação propõe-se a sintetizar algumas das consequências e das possibilidades abertas por tal viés de investigação histórica.

Esta comunicação trata das recentes contribuições da historiografia social do trabalho na convergência entre estudos sobre a escravidão urbana na segunda metade do século XIX e pesquisas sobre os primeiros momentos do movimento operário. Através delas é possível superar a barreira cronológica de 1888 nas pesquisas sobre o processo de formação da classe trabalhadora. De forma a melhor apresentar tais contribuições, optei, neste texto, por apresentá-las não como um balanço bibliográfico tradicional, mas sim como uma síntese sobre a temática, a partir de referências a análises e fontes trabalhadas por diversos pesquisadores, aí incluídas minhas próprias pesquisas.

Começo resumindo uma história. Uma história de trabalhadores em padarias, entre 1876 e 1912, contada por um líder da categoria, **João de Mattos**, num manuscrito localizado entre os papéis apreendidos pela polícia política carioca nos anos 1930. Ela começa em Santos, em 1876, quando trabalhava em padarias da cidade e organizou um “levante”, que ele explica ser como “as mesmas greves de hoje”. O levante organizado por João de Mattos foi uma paralisação das padarias da cidade, em meio à qual se deu a fuga dos trabalhadores escravizados daqueles estabelecimentos. A fuga foi preparada, com a falsificação de cartas de alforria. (DUARTE, 2002, pp. 64-65). João de Mattos foi

preso algum tempo depois, mas por falta de provas logo foi posto em liberdade. Solto, rumou para a cidade de São Paulo, onde organizou outro “levante” bem sucedido, desta vez reunindo 11 ou 12 padarias da cidade, em 1877.

Em 1878, chegou ao Rio de Janeiro. Com um número muito maior de padarias, para preparar um levante igual aos de Santos e São Paulo, João de Mattos e seus companheiros precisaram criar uma organização, o Bloco de Combate dos Empregados em Padarias. O Bloco tinha sede, estatuto e um lema – Pelo pão e pela liberdade – mas precisava funcionar clandestinamente, escondido sob a fachada de um “curso de dança”. Chegou a reunir mais de 100 associados, fez alguns levantes parciais e, em 1880, um novo “levante geral”.

Os trabalhadores escravizados fugiram em direção a Barra do Piraí e João de Mattos acabou sendo novamente preso. Desta vez, foi defendido pelo propagandista da abolição e da República, Saldanha Marinho, conseguindo ser absolvido.

Porém, quando a escravidão foi abolida, em 1888, as lutas de João de Mattos e dos seus companheiros não foram dadas por terminadas. Afinal, como ele mesmo nos ensina, “em 1888 nós realizamos a maior vitória da nossa intransigente luta, ficando o caminho livre para os escravizados de fato e nós, os escravizados livres, até o presente entremos a lutar.” (idem, p. 70)

Na nova fase das lutas dos padeiros, João de Mattos e seus companheiros organizaram, em 1890, uma associação com o objetivo de reunir recursos para comprar padarias para os próprios trabalhadores, livrando-se dos patrões. Era a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias no Brasil – cujo lema era Trabalhar para nós mesmos –, que reuniu cerca de 400 sócios, mas não deu certo. Os problemas não os levaram a desistir das lutas e, em 1898 (ou 1893, segundo outras fontes), fundaram a Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias – com o lema Trabalho, justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade – que tinha objetivos de auxílio mútuo.

Esta Sociedade reuniu mais de mil associados, publicou o jornal *O Panificador*, organizou uma biblioteca, um centro de educação e acabou adquirindo finalidades de sindicato. Travou, assim, uma luta pelo descanso aos domingos e pela jornada de 8 horas de trabalho, recorrendo a abaixo-assinados às autoridades, que nada resolveram, pois, ainda segundo João de Mattos: “recorrendo a sociedade dirigente nada obtive, porque a política deles é uma e a dos dirigidos é outra.” (idem, p. 77)

Depois desses embates, no início do século XX, João de Mattos foi posto pelos donos de padaria em uma “lista negra”, não conseguindo mais se empregar neste setor. Os patrões também tentaram dividir o movimento, criando a Liga Federal dos Empregados em Padarias. No entanto, a lição de luta de João de Mattos deixou fortes marcas e, nos anos seguintes, a Liga foi conquistada por militantes combativos, que unificaram a organização da categoria, filiaram mais de 4 mil trabalhadores e realizaram, em 1912 a primeira greve geral dos trabalhadores em padarias na cidade do Rio de Janeiro.

Por que o relato de João de Mattos e da trajetória de luta dos padeiros é importante para entendermos a formação da classe trabalhadora no Brasil?

O processo de formação de uma classe só pode ser compreendido a partir das condições objetivas que opõem, no processo da produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção, exploram os que nada possuem.

No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e no bojo deste conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe.

Os valores, discursos e referências culturais que articulam tal consciência, entretanto, não surgem do nada. Desenvolvem-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classe anteriores. Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas. Por isso a história de João de Mattos é tão significativa. Nela se revelam os elos entre os períodos anterior e posterior a 1888, no processo de formação da classe trabalhadora. Afinal, até meados dos anos 1850, o trabalho escravo dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, como também as principais cidades do país.

O Rio de Janeiro possuía, em 1849 uma população total de 266.466 pessoas, sendo 155.854 livres (muitas das quais libertas, ou seja, ex-escravizadas) e 110.602 escravizadas.

Com o fim oficial e a repressão ao tráfico negreiro, em 1850, este número decaiu nas décadas seguintes. Mas, em 1872, os trabalhadores escravizados ainda representavam quase 20% da população da capital do Império, somando 48.939 entre os 274.972 habitantes da cidade.

Em Salvador, a população total da cidade era estimada em 66 mil pessoas em 1835, sendo 42% escravizadas. Nestes centros urbanos, os trabalhadores escravizados estavam inseridos nas mais diversas atividades. Muitos eram alugados pelos seus senhores e um outro tanto era constituído por escravos ao ganho. Nestas condições, trabalhadores escravizados e livres conviviam lado a lado, nas ruas, moradias e locais de trabalho das maiores cidades brasileiras. Não poderia ser estranho, portanto, que compartilhando espaços de trabalho, circulação, moradia e lazer, esses trabalhadores – escravizados ou livres – também compartilhassem valores, hábitos, vocabulário, experiências enfim, inclusive de organização e de luta, ainda que as diferenças entre sua

condição jurídica criassem distâncias significativas. O que nos ajuda a entender que trabalhadores ditos livres se envolvessem com os principais protagonistas – os escravizados – na mais importante luta social da época, a luta pela liberdade.

Em São Paulo, a rede de apoio aos caifazes incluía os ferroviários, cocheiros, charuteiros e tipógrafos. Rede de solidariedade que chegava a envolver organizações de operários imigrantes, como o Círculo Operário Italiano. (QUINTÃO, 2002, p. 82)

Jornais abolicionistas registram o mesmo tipo de envolvimento operário com a causa da abolição no Ceará, província que impulsionou a retomada do movimento abolicionista, ainda em 1881. (O Abolicionista, nº 14, 01/12/1881, ano II, p. 5.)

No Rio de Janeiro, envolvimento semelhante seriam encontrados em vários grupos operários organizados. Como no caso dos operários do Arsenal de Marinha. Ou seja, os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua libertação, demonstrando que este tipo de solidariedade na luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação.

E se trabalhadores escravizados e livres compartilharam experiências de trabalho e de vida, além de valores, o fizeram numa troca de experiências que incluiu o compartilhamento de modelos e formas associativas, além de padrões de mobilização e luta.

No que diz respeito às formas associativas, aos trabalhadores escravizados era proibida a associação coletiva, restando a clandestinidade a organizações que buscavam libertá-los, como o Bloco de Combate, lembrado por João de Mattos.

Havia, entretanto, uma exceção, pois lhes era permitido pertencer a Irmandades, sociedades católicas que reuniam devotos de um santo padroeiro e que possuíam, além do objetivo de culto a este padroeiro, funções de apoio aos membros (“irmãos”), como o auxílio em caso de morte, para que a família custeasse o funeral.

Para os escravos e libertos (ex-escravos) existiam Irmandades específicas, como as de N. Sra. Do Rosário, as de São Benedito, as de São Elesbão e Sta. Efigênia, entre outras. Mas também havia Irmandades organizadas por grupos de trabalhadores livres, como aquelas associadas a determinados ofícios especializados, que reuniam os artesãos (aqui chamados geralmente de artistas) de uma mesma profissão, sob a proteção de um santo padroeiro associado àquele ofício.

Era o caso das **Irmandades de São Jorge**, que reuniam os ferreiros, funileiros, latoeiros, etc; ou as de **São Pedro**, dos pedreiros; entre outras. Embora as irmandades negras não tivessem sido criadas com objetivos de luta pela liberdade – pelo contrário, foram instituídas pela Igreja para tentar converter os africanos e seus descendentes ao catolicismo, que justificou por séculos a escravidão –, acabaram em alguns momentos adquirindo o papel de espaço de aglutinação de abolicionistas (em São Paulo, os caifazes se reuniam e imprimiam seu jornal na Irmandade do Rosário). Ao longo do século XIX os

trabalhadores livres experimentaram outro tipo de associativismo que foi vedado aos escravizados. Trata-se da experiência com as associações de ajuda mútua – as mutuais – fundadas sem referência religiosa, com o objetivo de reunir em uma caixa comum as contribuições dos associados para auxiliá-los em momentos de doença, invalidez, morte, entre outros. Muitas mutuais tiveram um caráter profissional, reunindo trabalhadores do mesmo ofício, da mesma empresa ou de várias profissões aglutinadas.

Entre as mutuais profissionais, algumas chegaram a ir além dos limites de seus estatutos, como a Associação Tipográfica Fluminense, que em 1858 apoiou uma greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro. Entre as que aglutinavam vários ofícios, uma experiência interessante, também ocorrida no Rio de Janeiro, mas que gerou frutos de nomes semelhantes em muitas outras cidades, foi a da Sociedade Beneficente Liga Operária, fundada em 1871. Além de denominar-se operária, a Liga se propunha, segundo seus estatutos a reunir “todos os operários e artistas nacionais e estrangeiros” e apresentava entre os seus fins representar os interesses dos associados, só que de forma bem ampla, pois afirmava procurar “por todos os meios ao seu alcance, melhorar a sorte de todas as classes operárias”. (Estatutos da Sociedade Beneficente denominada Liga Operária. p. 3.)

Os trabalhadores escravizados e os libertos nas cidades absorviam tais experiências, pois há registros de algumas tentativas de criação de mutuais de trabalhadores negros, como a Sociedade Beneficente da Nação Conga, criada antes de 1861, ou a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, de 1874. No mesmo ano de 1874 o Conselho de Estado (principal instância administrativa do Império) examinou o pedido de registro de uma Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amigos da Consciência”. Seus estatutos, como os das outras duas, eram muito semelhantes aos de qualquer mutual – prevendo auxílios para sócios doentes, viúvas, etc. –, mas com a diferença de definir que para ser sócio o candidato devia pertencer “à Nação Conga ou a qualquer outra porém africana”. (Arquivo Nacional, Conselho de Estado, Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência” (24 de Setembro de 1874), fl. 9.)

Os membros do conselho rejeitaram todos esses pedidos, alegando falhas técnicas nos processos, inabilitação dos responsáveis, ou o fato de que a Nação Conga não era uma Nação, como as européias, e sim uma “horda de bárbaros”. Mas, o principal motivo, explícito no caso desta última, era o fato de que “intitulando-se da Nação Conga admite sócios de outras procedências africanas, e sem declarar que livres, pode julgar-se com direito a admitir escravos, o que não é permitido pelas leis”. (idem, fl 2v)

Mesmo sendo proibidas, a existência dessas associações, ou das tentativas de criá-las demonstra a disposição de libertos e mesmo escravizados, em se apropriarem de formas de organização e solidariedade coletiva de trabalhadores ditos livres, que aos olhos dos homens de Estado não lhes eram adequadas. E esta experiência associativa de escravizados e ex-escravos se desdobra para além da abolição.

Um exemplo está na organização dos trabalhadores do porto no Rio de Janeiro. Na vigência da escravidão, o conjunto de variados trabalhos típicos do porto, como carregadores, estivadores, arrumadores, era predominantemente ocupado por trabalhadores

escravizados. Entre as características comuns a esse conjunto estavam o “trabalho avulso” – ou seja, recebe-se por dia de trabalho e não há garantia de ser contratado todos os dias – e o fato de que a maioria das tarefas era executada por turmas de vários trabalhadores, normalmente coordenadas por um capataz, encarregado, ou “capitão”.

Diante da dureza do trabalho, da insegurança em relação à contratação diária e do exercício coletivo das tarefas, criou-se no setor uma forte solidariedade entre os escravos que desempenhavam tais tarefas, sendo comuns os relatos de que em grupos eles economizavam recursos para comprar, um a um, a liberdade de seus parceiros de trabalho. No início do século XX, quando começaram a surgir os primeiros sindicatos dos trabalhadores do porto, como a União dos Estivadores, ou a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, percebe-se que as continuidades em relação ao período da escravidão ainda eram visíveis. Entre os trabalhadores de trapiches (os armazéns da época) de café, por exemplo, seu sindicato, fundado em 1905, possuía um quadro social quase exclusivamente composto por trabalhadores negros e seus primeiros presidentes foram todos negros.

Através de várias mobilizações e greves, os portuários do Rio conquistaram, ainda no início do século, o direito de organizarem, através dos sindicatos, a contratação das turmas de trabalhadores, garantindo um monopólio do trabalho no setor para os sindicalizados, e criando regras que buscavam distribuir de forma mais uniforme os dias de labuta pelo conjunto dos trabalhadores. (CRUZ, 2000, p. 252)

E não era uma experiência isolada. Em Pelotas e Rio Grande, as cidades gaúchas em que a presença escrava fora mais ampla, pelas atividades do porto e da charqueada, as primeiras organizações operárias tiveram, entre seus fundadores e organizadores, muitas vezes, lideranças negras, que também organizavam jornais, clubes e outras formas associativas de ex-escravos e seus descendentes, em condições de forte presença do preconceito racial. (LONER, 2001, p. 275). Lembremos o lema da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias: Trabalho, justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade. Por isso, quando o relato de João de Mattos traça a história a trajetória das organizações coletivas de padeiros, do Bloco de Defesa – com fins de luta contra a escravidão – à Cosmopolita e à Liga Federal dos Empregados em Padarias – que passam a atuar com objetivos sindicais, podemos não estar lendo uma história “típica”, mas percebemos um campo de possibilidades associativas, que atravessa as lutas contra a escravidão e finca raízes importantes para a formação das organizações sindicais propriamente ditas.

Passando ao tema das ações coletivas, boa parte dos textos, de memórias ou de análises que localizam a primeira greve no Brasil, citam a greve dos compositores tipográficos dos três jornais diários que circulavam na capital do Império (a Corte), em 1858, como sendo a pioneira. Após meses reivindicando aos donos dos três principais jornais da Corte um reajuste em seus salários, numa conjuntura de alta dos preços, os compositores (os tipógrafos que compunham artesanalmente os jornais) resolveram recorrer à paralisação do trabalho a partir de 09 de janeiro de 1858. O mais interessante da greve é que dela há registros relativamente amplos, porque os grevistas, apoiados pela Imperial

Associação Tipográfica Fluminense, fundaram o Jornal dos Tipógrafos, de circulação diária, que nas semanas seguintes apresentou os argumentos dos trabalhadores.

No Jornal dos Tipógrafos podemos encontrar manifestações preliminares de uma identidade de classe em construção, mesmo havendo afirmações claras de especificidade, ao se definirem como “artistas”, que se “coligaram” por constituírem uma “classe mal retribuída nos seus serviços”. Porém, também se afirma que “operários de diversas classes” encontravam-se em situação semelhante à dos tipógrafos e se reconheciam em seus atos. (Jornal dos Tipógrafos, Rio de Janeiro, 14/01/1858, p.1.)

Se a greve dos tipógrafos foi ou não a primeira greve de trabalhadores livres ou assalariados no Brasil, é difícil comprovar. Porém, chama a atenção que alguns dos mesmos memorialistas que a definem como a primeira greve brasileira tenham comentado outro episódio, ocorrido no ano anterior.

Trata-se da paralisação do trabalho por parte de algumas 8 dezenas de trabalhadores escravizados do estabelecimento da Ponta da Areia, de propriedade de Mauá, noticiada pelo jornal *A Pátria*, de Niterói, em 26/11/1857, que dá conta de que demandavam o fim da violência contra companheiros de trabalho escravizados e foram prontamente reprimidos pela polícia local.

Sabe-se que o estabelecimento da Ponta d’ Areia, constituído de fundição e estaleiro organizados em muitas oficinas, era o maior empreendimento privado do gênero na época, **contando com cerca de 600 operários, sendo aproximadamente um quarto deles escravizados.**

Sabemos também que muitos outros arsenais e fábricas de então empregavam grande quantidade de escravizados. **Aliás, naquele ano de 1857, em Salvador, os carregadores urbanos, em sua maioria escravizados que trabalhavam ao ganho, interromperam o trabalho para protestar contra uma nova legislação da cidade que os obrigava a pagar uma taxa e usar uma plaqueta de identificação. Organizados coletivamente para o trabalho, nos “cantos” em que se reuniam à espera da contratação, mostraram durante a paralisação uma forte capacidade de articulação e resistência que acabou por gerar uma revisão da legislação, atendendo ao menos parcialmente suas reivindicações. (REIS, 1988, p. 8).**

Mesmo as greves, portanto, instrumento típico de reivindicação dos trabalhadores assalariados, foram em alguns momentos utilizadas como forma de luta pelos trabalhadores escravizados das cidades, apresentando demandas específicas, porém demonstrando que os intercâmbios de experiências entre os que viviam e trabalhavam nos mesmos espaços poderiam ter dimensões mais amplas do que o esperado pelos senhores e patrões.

Por tudo isso, espero ter demonstrado que a história do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil começa ainda durante a vigência da escravidão. Isto, porém, não significa dizer que a classe trabalhadora estava formada no Brasil antes

da virada do século XIX para o XX. O que se identificou aqui é que a partir do compartilhamento de experiências de trabalho e vida em algumas cidades brasileiras com forte presença da escravidão, ao longo do século XIX, trabalhadores escravizados e livres partilharam formas de organização e de luta, gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe. E se a luta pela liberdade era o elemento central da luta de classes sob a vigência da escravidão, cujo protagonismo foi desempenhado pelos próprios escravizados, contando com o apoio de outros segmentos sociais à causa, particularmente dos trabalhadores livres em algumas de suas primeiras organizações, os valores forjados nesta luta passaram a fazer parte do arsenal compartilhado pelos trabalhadores nas décadas seguintes, servindo mesmo de parâmetro para a avaliação das experiências e lutas subseqüentes.

Por isso, no relato de João de Mattos que abriu essa discussão, ao referir-se aos trabalhadores escravizados (ele não fala em escravos, pois não nasceram assim, foram escravizados por outros), ele os chama de “escravizados de fato”, contrastando-os não com “trabalhadores livres”, mas com os “escravizados livres”, porque para ele a luta pela liberdade não estava completa, já os trabalhadores assalariados possuíam, em suas palavras, apenas “o direito de escolher entre este ou aquele senhor”. (DUARTE, 2002, p. 71)

No início do século XX, este tipo de raciocínio estará presente muitas vezes nos discursos das lideranças operárias, em seu esforço para mobilizar, organizar e conscientizar os trabalhadores. Como se percebe na análise de um outro trabalhador de padarias, publicada em 1908 no jornal *A Voz do Trabalhador*: “A lei de 88 que aboliu a escravidão no Brasil parece que só não atingiu os operários padeiros, mais escravos do que foram os daquela raça, porque de todos os gananciosos e exploradores sobressaem os donos de padaria”.

Nas décadas seguintes, quando o número e a diversidade – emigrantes estrangeiros, antigos artistas, ex-escravos, migrantes das áreas rurais – dos trabalhadores urbanos se ampliar, as experiências comuns a escravizados e livres na segunda metade do século XIX terão deixado marcas bastante significativas sobre o processo de formação da classe trabalhadora. ✱

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATALHA, Cláudio, 2000. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária.” Cadernos do AEL, nos. 11/12. Campinas.
- CHALHOUB, Sidney, 2003. Machado de Assis: historiador. São Paulo, Cia. das Letras.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e, 2000. “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930.” Afro-Ásia, no. 24. Salvador.
- DUARTE, Leila, 2002. Pão e liberdade: uma história de escravos e livres na virada do século XIX. Rio de Janeiro, Aperj/Faperj/Mauad.
- LINHARES, Hermínio, 1977. Contribuição à história das lutas operárias no Brasil. 2a. ed.. São Paulo, Alfa-Omega.
- LOBO, Eulália M. L., 1976. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC.(2 vols.)
- LONER, Beatriz Ana, 2001. Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888- 1930). Pelotas, Unitrabalho/EdUFPel. 1
- MATTOS, Marcelo B. (org.), 2005. Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Rio de Janeiro, Faperj/Bom Texto. QUINTÃO, Antonia Aparecida, 2002. Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo, Annablume/Faperj.
- REIS, João José, 1993. “A greve negra de 1857 na Bahia”. Revista USP. No. 18. São Paulo.



ENTRE A POLÍCIA, A POLÍTICA, A JUSTIÇA E O CRIME ESTÁ O POVO TRABALHADOR



CHACINA DO BOREL (16/04/2003) *Sem justiça não há paz!*

NÃO NOS DEIXARAM FALAR... MAS MUITOS FALARÃO POR NÓS



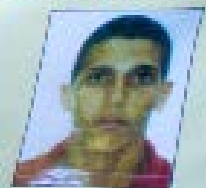
CARLOS ALBERTO
pintor e pedreiro
21 anos



CARLOS MAGNO
estudante
18 anos



EVERSON SILOTE
jornalista
26 anos



THIAGO SILVA
médico
19 anos



125.

125 vezes o mesmo som,
o mesmo choro ecoando no morro,
125 mães gritando por justiça,
mas a cidade finge que dorme.

125 jovens negros morreram ontem.
125 "soldados" do crime, dizem.
Mas eu digo: 125 sonhos interrompidos.
125 futuros que o Estado esqueceu de escrever.

E eu te pergunto, senhor, senhora, sociedade:
Aonde foi que a gente errou 125 vezes?
Em que esquina deixamos o afeto virar estatística?
Em que página da história o descuido virou rotina?

125 vezes o Estado falhou,
125 vezes a escola faltou,
125 vezes a bala chegou antes do livro.
E a vida virou alvo.

125 vagas abertas no inferno urbano,
onde a pobreza é o novo recrutamento,
e o crime estende o tapete vermelho —
porque o governo só chega depois, pra tirar foto e dar parabéns.

125 mortes.
125 novos soldados nascem hoje.
E o Rio, cansado, sangra mais um pouco.

Enquanto o governador sorri pra câmera,
o povo chora na viela.
E o território,
esse corpo sem dono,
segue rumo ao descontrole total.
125.

Um número que grita.
Um número que insiste.
Um número que repete,
até que alguém escute.

Texto: Diego de Lima | CDD News | MNU CDD

Violência de Estado e Segurança Pública

MARIA DALVA DA COSTA CORREIA DA SILVA

ROTEIRO DA AULA:

1. Apresentação de si e do caso da “Chacina do Borel”
2. Construção do Movimento “Posso me identificar?”
3. Construção da Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência
4. Construção da Rede Nacional de Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado
5. Atuação no Curso de Extensão da Rede Transnacional de Pesquisas sobre Maternidades Destituídas, Violentadas e Violadas
6. Atuação no Projeto “Saúde das mulheres Negras Cis e Trans”, da Organização Criola

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS E AUDIOVISUAIS SOBRE O TEMA:

- CORREA, Dalva. #1 - Dalva e a Persistência na Busca por Justiça. Podcast “Eu só preciso que alguém me ouça”. Produção, pesquisa e condução: Viviane Nascimento.
- <https://www.youtube.com/watch?v=KOiZe5tjYQ4>
- CORREA, Dalva; FARIAS, Juliana; VIANNA, Adriana (2024). A Chacina do Borel: vinte anos de memória e luta. In: Myrian Sepúlveda; Ana Paula Fernandes; Gabriel Cid. (Org.). Lugares de memórias difíceis no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mórula. ✱

“Operação foi deboche ao STF”, diz ex-ouvidor da Defensoria do RJ

ENTREVISTA:

*Para o advogado Guilherme Pimentel, a operação é também um ataque à democracia e merece resposta à altura.
Da Redação - quinta-feira, 30 de outubro de 2025*

A operação policial realizada nesta semana nos complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro - que já soma mais de 120 mortos, entre civis e policiais - provocou forte reação de entidades de direitos humanos e reacendeu o debate sobre o descumprimento das determinações do STF na ADPF das Favelas (ADPF 635). O advogado Guilherme Pimentel Braga foi ouvidor-geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro entre 2020 e 2023 e acompanha de perto a realidade das comunidades afetadas pela violência policial. Hoje, coordena a RAAVE - Rede de Atenção a pessoas Afetadas pela Violência de Estado. Em entrevista ao Mígalhas, concedida diretamente do IML, onde prestava apoio a familiares das vítimas, Pimentel classificou a operação como um “deboche à decisão do STF” e um “desafio institucional à Suprema Corte brasileira”.

Para o ex-ouvidor, a ADPF das Favelas foi uma conquista histórica da sociedade civil e dos movimentos de favela, ao reconhecer o “estado de coisas inconstitucional” na segurança pública do Rio de Janeiro - situação estrutural e persistente de violação de direitos fundamentais. “A realidade vivida pela população do Rio, no tocante à segurança pública, é incompatível com as garantias democráticas da Constituição. A ADPF buscava justamente corrigir esse estado de coisas.”

Segundo Pimentel, a decisão liminar concedida em 2020 pelo ministro Edson Fachin, que restringiu as operações policiais durante a pandemia, gerou uma redução comprovada da letalidade policial, segundo pesquisas acadêmicas. “A ADPF salvou vidas. Não sabemos o nome dos jovens que não morreram, das mães que não choraram - mas os dados mostram o impacto positivo.” Para ele, o que ocorreu no último dia 28 é a negação completa dessa política de preservação da vida. “Certamente o Estado descumpriu a decisão do STF. A ADPF falava em reduzir a letalidade, e o que vimos foi o aumento

vertiginoso dela. O que aconteceu é o ápice do estado inconstitucional de coisas na segurança pública do Rio.”

DESAFIO INSTITUCIONAL

Pimentel considera que a operação representa não apenas um desrespeito judicial, mas também um ataque institucional. “Foi um deboche, uma provocação. Assim como a chacina do Jacarezinho, chamada ironicamente de ‘Operação Exceptis’, que era uma forma de debochar da decisão do ministro Fachin, que determinava que operações só poderiam acontecer diante de excepcionalidades.” Segundo o advogado, o Judiciário precisa reagir. “É muito importante que o STF não retroceda nas determinações de controle da atividade policial e que adote medidas para que esse desafio institucional não passe impune.”

ATUAÇÃO DO MPF

Durante a entrevista, Pimentel também cobrou atuação direta do MPF nas investigações sobre a operação. Ele explicou que, como o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro participou da ação, ficou comprometida a função de controle externo da atividade policial, prevista na Constituição. Para o advogado, isso reforça a necessidade de que o MPF assuma a condução das apurações, garantindo transparência, independência e credibilidade na investigação da tragédia que ele classificou como uma “catástrofe humanitária”.

8 DE JANEIRO AINDA VIVE NAS FAVELAS

Na visão do ex-ouvidor, o episódio também deve ser compreendido como uma ameaça à democracia. Ele comparou a ação à postura de desrespeito institucional vista nos ataques de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. “O 8 de janeiro foi um episódio fático, mas o seu espírito golpista continua vivo. Ele acontece todos os dias nas favelas do Rio, afetando a população pobre. Quando o STF se mantém firme na defesa dos direitos constitucionais, ele está, na verdade, defendendo a própria democracia brasileira.”

TRAUMA COLETIVO

Guilherme Pimentel também descreveu o cenário de desespero e desorganização social após a operação: escolas fechadas, ônibus parados e famílias inteiras sem acesso a serviços básicos. “O que vimos é um trauma coletivo. Não são apenas as pessoas atingidas pelas balas. Crianças viram montanhas de corpos, mães chorando. Isso é indigno. É a continuidade da lógica escravocrata, que naturaliza que pessoas negras e pobres sejam tratadas como se não fossem humanas.” Ele ainda criticou a ausência de políticas de controle da atividade policial e a falta de comprometimento das autoridades com a implementação de câmeras corporais e investigações sobre o tráfico de armas. “Na hora de matar, há prioridade. Na hora de controlar o crime e investigar as ligações entre agentes públicos e organizações criminosas, eles desconversam. O Rio de Janeiro não aguenta mais.”

“STF PRECISA RESPONDER À ALTURA”

Ao encerrar a entrevista, Pimentel reforçou a esperança de que o Supremo mantenha sua posição firme na defesa dos direitos humanos e na fiscalização do Estado fluminense. “O STF está provando que não vai esquecer das favelas. Esperamos que a Corte mantenha suas decisões e dê uma resposta à altura dessa barbárie. Porque o Rio não precisa de mais sangue - precisa de justiça e de políticas que salvem vidas.”

O QUE É A ADPF DAS FAVELAS?

A ADPF 635, também chamada de ADPF das Favelas, foi proposta em 2019 pelo PSB, com apoio de entidades civis, para questionar a violência policial no Rio de Janeiro. Em abril de 2025, o STF concluiu o julgamento da ação, impondo 23 medidas obrigatórias ao Estado, entre elas o uso de câmeras corporais, a preservação dos locais de crime, e a obrigatoriedade de ambulâncias em operações com risco de confronto armado. Após a operação do dia 28 de outubro, com mais de 120 mortos, o STF pediu manifestação da PGR. Alexandre de Moraes, relator do processo, também agendou audiência com autoridades para tratar da operação. *

Siga o link: <https://www.migalhas.com.br/quentes/443398/operacao-foi-deboche-ao-stf--diz-ex-ouvidor-da-defensoria-do-rj>

Policiais antifascismo contra a política de extermínio

PUBLICADO NO FACEBOOK DE ORLANDO ZACCONE

O Movimento Policiais Antifascismo, em respeito à Constituição Federal e reconhecendo a posição social do policial como trabalhador, vem se manifestar em relação aos recentes episódios de uso da força policial, com resultado morte de centenas de pessoas, incluindo 4 policiais, no Rio de Janeiro. De forma estarrecida, observamos mais uma vez uma cena que se repete há décadas: agentes de Estado, em confronto com criminosos, trocando tiros no ambiente urbano, em uma “operação” que resultou verdadeira chacina, onde trabalhadores policiais também aparecem na macabra estatística de uma estratégia considerada “bem-sucedida” pelas autoridades governamentais.

Inicialmente, manifestamos toda nossa solidariedade, respeito ao luto e apoio aos familiares dos policiais mortos e aos agentes feridos, bem como a todos os moradores das comunidades dos Complexos da Penha e Alemão, gente pobre e trabalhadora, vítima da violência do crime. Expostos em um campo de batalha que opõe décadas de descaso do poder público em fornecer alguma dignidade para a maioria da sua população é um Estado policial que visa responder aos problemas políticos e sociais com o uso letal da força, entendemos que não há nada a comemorar e muito a se lamentar. Imediatismo, oportunismo, necropolítica e demagogia, nunca conseguiram reverter os altos índices criminais e o fortalecimento das chamadas facções, não só no Rio de Janeiro, mas em todo o país. Nós, policiais integrantes de diversas corporações no país, civis e militares, comprometidos com a democracia, direitos humanos, legalidade e com a proteção e valorização do trabalhador policial, não podemos tolerar práticas ineficientes e já testadas de uso da força letal. A lógica brutal da equivocada “guerra” ao crime, sem o mínimo de trabalho de planejamento, investigação, integração dos efetivos e inteligência policial, só consegue produzir mais violência, expondo a todos, inclusive os policiais, a um destino trágico. *

Entrevista com Orlando Zaccone, autor do livro “Indignos da vida: A Desconstrução do poder punitivo”

POR TATIANA LIMA

Nesta entrevista, o delegado de polícia civil Orlando Zaccone nos apresenta o seu livro *Indignos de Vida*, fruto da sua tese de doutorado em Ciência Política. No estudo, ele investiga como funciona o sistema jurídico da letalidade nos autos de resistência arquivados pelo Ministério Público, mostrando que o extermínio praticado pelo Estado brasileiro vai muito além das ações policiais. Ele fala da violência do sistema jurídico como um todo, voltado principalmente para uma parcela da população brasileira. “Se alguém morre por uma ação policial e tem uma folha de antecedentes criminais, principalmente se for ligado ao tráfico, e se esse fato ocorreu dentro da favela, isso é suficiente pra dar legitimidade para essa ação violenta da polícia”, afirma. Leia a entrevista:

No livro você diz que a Polícia mata, mas não mata sozinha. Por quê?

Temos que entender que existe uma violência do Estado que não ocorre no desvio de função dos seus agentes, mas sim na própria função que esses agentes exercem, porque essa violência vai ser contemplada dentro do Direito, e não fora do Direito. Então hoje, no Brasil, temos sim a violência de alguns agentes policiais que é feita à margem da lei. É o caso das chacinas, por exemplo, quando essa violência não é contemplada em nenhuma forma jurídica. Mas o que eu estudei, que foram os autos de resistência, aborda uma violência que é exercida por agentes policiais e é homologada por setores jurídicos que decidem que essa violência está conforme a lei. É legítima defesa, por exemplo. Foram analisados 308 autos de resistência com pedido de arquivamento pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. É importante salientar que, quando há um auto de resistência arquivado, isto significa que existe uma decisão do Estado dizendo que aquela morte é uma morte dentro da lei. Então, essa violência do direito, essa máquina de operar a violência, não fora do Direito, mas dentro do Direito, é o meu foco. Por isso, eu digo que a polícia mata, mas não mata sozinha.

Você foca mais nos autos de resistência que ocorreram em 2003 e 2007. Por que esses anos foram selecionados?

Porque eram os anos que poderiam ter uma quantidade maior de casos. O auto de re-

sistência demora um pouco para ser arquivado. Leva de três a quatro anos. Além disso, foram os anos em que ocorreram os picos de ocorrência de autos de resistência, coincidentemente no primeiro ano de governo da Rosinha Garotinho e no primeiro ano do governo Cabral.

No livro você destaca que esses autos de resistência não acontecem com qualquer pessoa. As vítimas são pessoas sem ficha limpa. O que quer dizer “ficha limpa”?

Eu identifiquei isso analisando a lógica da decisão de legitimidade dessas mortes praticadas em ação policial. Os promotores de justiça identificam que a legitimidade se dá em dois fatores principais: primeiro, a condição do morto. Se o morto for identificado como traficante pela folha de antecedentes criminais ou de um depoimento de familiar, isso é repetido quase como um padrão nos pedidos de arquivamento. Também o local onde essas mortes acontecem faz os promotores pedirem o arquivamento. Por exemplo, se o fato ocorreu em uma área que eles chamam às vezes de favela e em outras de comunidade carente, onde constantemente tem troca de tiros entre a polícia e “marginais”... Ou seja, se alguém morre por uma ação policial e tem uma folha de antecedentes criminais, principalmente se for ligado ao tráfico, e se esse fato ocorreu dentro da favela, isso é suficiente pra dar legitimidade para essa ação violenta da polícia. Então no Brasil hoje o que está em jogo não é a violência policial no sentido de como a polícia age, mas em relação a quem essa violência se dirige. Aí a gente fica discutindo se a vítima era pedreiro ou traficante, era dançarino ou traficante... Então fica um debate que não é sobre o modo de operar da violência dos agentes policiais, mas sim em relação a quem essa violência sendo direcionada.

No seu livro você faz uma crítica sobre a questão da redução dos homicídios a partir da instalação das UPPS. Hoje, no Rio de Janeiro, muitos militantes, principalmente do movimento negro, denunciam a ocorrência de um genocídio, um extermínio da população jovem e negra. Então, por que você faz essa crítica sobre as estatísticas de redução da violência no Rio de Janeiro?

Sim, eu trabalho com o conceito de massacre, um conceito criminológico do [Raul] Zafarroni, porque o conceito de genocídio infelizmente foi construído no ambiente político, em uma convenção em Genebra, na qual os países retiraram do conceito algumas situações, por exemplo, execução a opositores políticos.

Isso não é considerado mais genocídio, porque nenhum Estado vai querer se comprometer com isso. Então, como o genocídio tem essa primazia política, eu trabalho com a ideia de massacre, pois do ponto de vista criminológico, ele é mais científico para ser ter um olhar sobre essa ação sistematizada de execução de pessoas jovens e negras que, segundo as estatísticas, são as mais vitimadas na cidade do Rio de Janeiro, dentro dessa lógica da legitimidade da morte.

Só que eu reparei na pesquisa do professor Michel Misse da UFRJ, onde ele traz os números absolutos dos autos de resistência no estado do Rio de Janeiro. É interessante notar que, até os anos 2000, nós não tínhamos passado de mais de 400 a 500 autos de resistência. É a partir de 2000 que a gente começa a ter o grande boom, chegando a 900 casos e até o ápice, em 2007, de 1330 autos, para depois ter uma pequena queda que

muitos atribuem à instalação das UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA.

Eu já tenho uma tese de que, ao contrário, acho que a partir de 2008, nós voltamos para os “números normais”, e claro, normais entre aspas, porque todas as agências policiais dos EUA inteiro matam 400 pessoas. E nós estamos falando só do Estado do Rio de Janeiro, então, não é normal um número desses de casos. Mas é histórico o que aconteceu entre 200 e 2007, principalmente em 2007, pois foi uma ação preparatória para a entrada das UPPs. Essa é a hipótese que eu tento demonstrar com números estatísticos que estão muito mais próximos da realidade. Até porque o projeto de instalação das UPPs foi muito pesquisado em cima do que aconteceu no projeto Colômbia e todos nós sabemos que nesse projeto, antes da entrada do teleférico, da chamada urbanização dos guetos de Bogotá, saíram caminhões com corpos de pessoas executadas em operações policiais. Então, acho que o que tivemos não foi uma redução da letalidade, mas sim um aumento da letalidade durante um período para viabilizar as entradas das UPPs.

E por que você escolheu fazer essa homenagem para o Vito no lançamento do seu livro aqui no Rio de Janeiro?

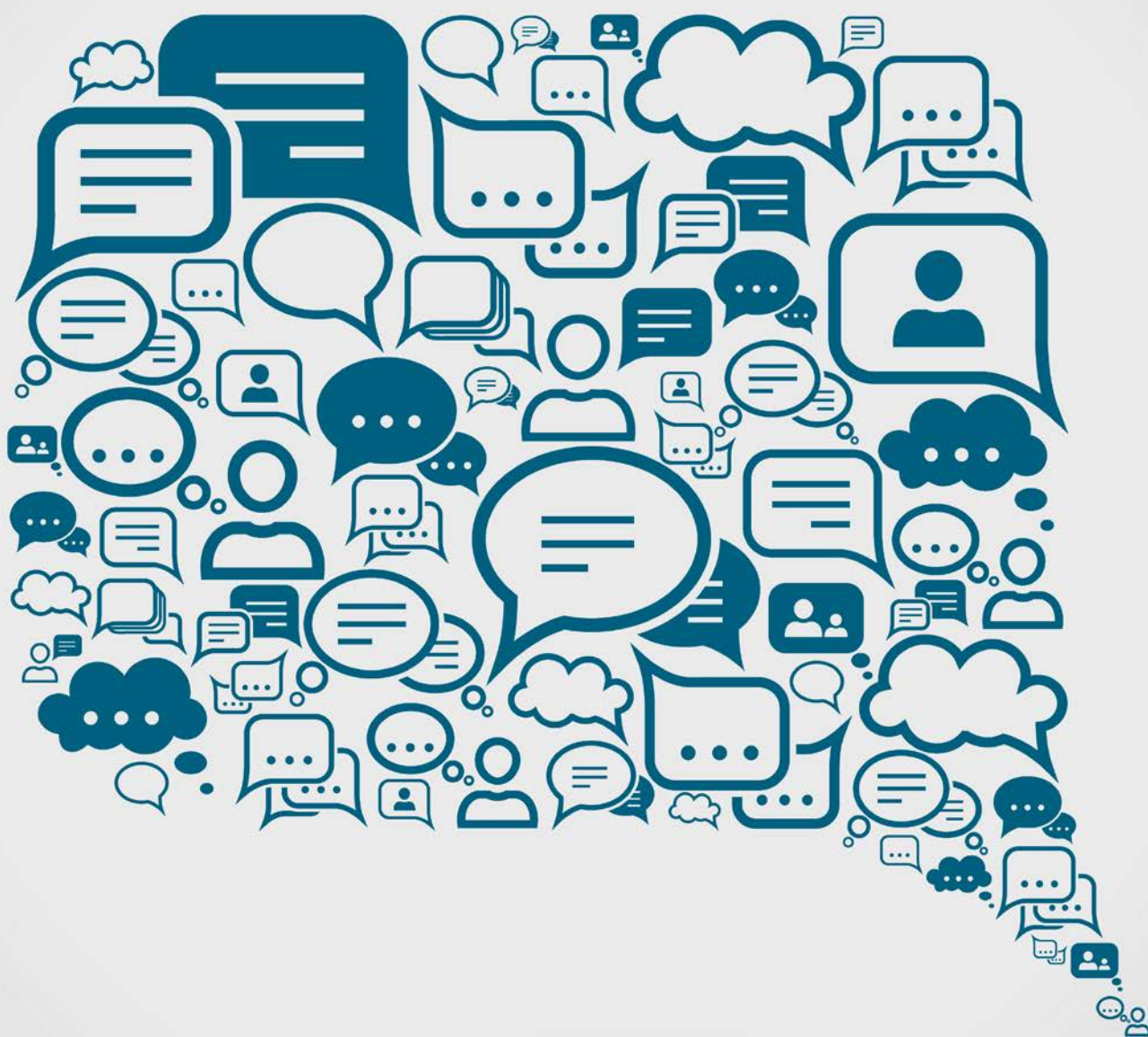
O Vito tinha duas qualidades que são qualidades excepcionais quando alguém se diz militante político na luta por uma sociedade mais justa: alegria e coragem. Então eu acho que é isso que estamos precisando (emociona-se). ✱





MESA 1

COMUNICAR PARA RESISTIR: A FORÇA DA COMUNICAÇÃO NAS CRISES ATUAIS



“A grande mídia joga contra o interesse da maioria o tempo todo”

***MATÉRIA PUBLICADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2023,
NA EDIÇÃO Nº 265 DO JORNAL A VERDADE***

Heloisa Villela é natural de Belo Horizonte (MG), mas se considera “totalmente carioca”. Formada pela UFRJ, é tida como uma das mais prestigiadas jornalistas do Brasil. Em mais de 30 anos de carreira, já trabalhou em jornais como O Globo e Folha de SP, além de ter sido correspondente da TV Globo, Record e CNN nos EUA, onde mora desde 1988. Atualmente, trabalha no ICL Notícias. Nesta entrevista, concedida com exclusividade para A Verdade, Heloisa fala da conjuntura internacional, da crise dos grandes meios de comunicação da burguesia e da importância do jornalismo se aproximar da classe trabalhadora.

A Verdade: Os EUA são a maior potência militar do mundo, mas têm perdido terreno na economia. Qual é a real situação da economia norte-americana? O desemprego e a falta de moradia tornaram-se problemas estruturais?

Heloisa Villela: O que se vê nas ruas das cidades do país, e não digo apenas as maiores, de maior concentração populacional, mas cidades de pequeno e médio porte também, é um grande aumento da população de rua. O problema sempre foi comum em Nova Iorque, mas no ano passado saltei na *Union Station*, a estação de trem de Washington, e me surpreendi com a quantidade de barracas nos parques da cidade, inclusive a duas quadras da Casa Branca! São pessoas que moram nas ruas. Existem muitos que moram em carros e trailers também. Em São Francisco é muita gente. Eu vi esse fenômeno começar nos arredores da capital norte-americana a partir da crise de 2008, quando morava em Maryland, e só piorou. Outro contraste impressionante é com a situação dos transportes públicos. A rede ferroviária para passageiros é muito ruim, cara e lenta. Comparada com o que os chineses têm, por exemplo, é uma piada. O presidente Joe Biden aprovou um pacote de investimento em infraestrutura que pode modificar isso um pouco, mas, acima de tudo, deve gerar empregos. A inflação no país está pesando; é a pior em 40 anos. Muito disso é provocado pela guerra na Ucrânia. O FED (Banco Central dos EUA) tenta resolver aumentando os juros, o que acho uma loucura, pois não é inflação provocada por demanda aquecida, mas o FED aposta no cerco ao poder de compra.

Os casos de racismo nos EUA são constantes. Na sua opinião, porque o racismo continua sendo um dos principais problemas na sociedade norte-americana?

Esse é um problema estrutural e histórico, e as políticas de inclusão não dão conta. A população negra foi marginalizada e teve a vida econômica inviabilizada desde o fim oficial da escravidão. Como no Brasil, não tiveram acesso a nada, como lotes de terra, para começar a vida, por exemplo. O racismo persiste porque os brancos privilegiados não abrem mão de nada. Houve um levante importantíssimo durante a pandemia, após o assassinato de George Floyd, que realmente sacudiu o país, mas os avanços são lentos.

Trump sonegou milhões de dólares e roubou documentos secretos do governo, mas continua livre e impune. Por que essa proteção?

Não sei se dá pra falar em proteção. O processo legal nos EUA é lento. Estão entrando no terceiro ano da investigação da invasão do Capitólio e somente no fim do ano passado condenaram cinco pessoas do grupo de extrema direita *Oath Keepers*, incluindo o chefe dessa gangue. O julgamento de líderes do *Proud Boys* ainda está no comecinho. Falta chegar aos grandes mandantes. Sobre os documentos secretos, o processo também está no começo, mas vamos ver o que acontece agora, já que encontraram documentos aqui e ali com o Biden também.

Você é jornalista há muitos anos.

Que mudanças acontecem hoje nos jornais nos EUA?

Sou correspondente nos EUA há 34 anos e nesse período mudou tudo. Imagine que mandei minhas primeiras reportagens para o Brasil por telex, perfurando fita! A turma mais nova nem sabe do que estou falando, aposto! Hoje faço matérias para a TV sozinha, com um celular. Nesse meio tempo, muitos jornais locais, impressos, fecharam, o que é péssimo porque eles cumprem um papel essencial. Esse deputado republicano filho de brasileiros (Heloisa se refere ao congressista George Santos), que se elegeu em novembro e mentiu sobre tudo na vida dele, foi denunciado pelo jornal local do condado dele no estado de Nova Iorque. O *Boston Globe*, por exemplo, foi o jornal que levantou o maior escândalo de pedofilia da Igreja Católica nos EUA e o trabalho deles virou um documentário que ganhou o Oscar. Nos EUA, muitos jornalistas conseguem sobreviver de forma independente, na internet. Muitos mesmo! No Brasil são poucos. O jornalismo local e regional sempre foi muito forte e isso está morrendo.

Em sua opinião, qual o papel de uma imprensa voltada para a conscientização popular, como o jornal *A Verdade*?

Acho super importante ter jornais, blogs, programas no YouTube, etc., que façam esse trabalho porque a gente viu muito bem o resultado da manipulação da opinião pública, com mentiras, tanto nos EUA como no Brasil. E, para além disso, um jornalismo voltado para a conscientização e para a organização dos trabalhadores é essencial para promover o avanço das causas caras à grande maioria da população, já que a grande mídia financiada pelos grupos econômicos joga contra o interesse da maioria o tempo todo. *



“SAÚDE É AUSÊNCIA DE MEDO”: TRABALHADORES, COMUNICAÇÃO SINDICAL/POPULAR E O SUS



Direito de comunicar, o que isso tem a ver com saúde?

*Trecho da apresentação do livro “Direito à comunicação e saúde”,
de Rodrigo Murtinho e Luiz Felipe Stevanim. (Editora FIOCRUZ, 2021)*

Como expressar os anseios e as demandas de diferentes segmentos da sociedade brasileira por saúde? Como garantir que as necessidades em saúde das populações indígenas, moradores de favela, quilombolas, pessoas em situação de rua, povos do campo e da floresta e pessoas vivendo com HIV/Aids sejam vocalizadas e convertidas em participação concreta nas políticas públicas? Como assegurar o direito à voz de trabalhadores e trabalhadoras da saúde, para que possam expressar suas angústias, dificuldades e vitórias cotidianas e ao mesmo tempo participar das decisões que influenciem nos rumos da saúde pública? Como a grande mídia comercial retrata o Sistema Único de Saúde (SUS) e que interesses pautam representações de um “SUS que não dá certo”? Como proteger crianças e adolescentes e combater violações de direitos humanos nos meios de comunicação? Por que é necessário fomentar a participação social para o exercício pleno do direito à saúde? Em que medida temas como acesso à internet, liberdade de expressão nas redes, privacidade e proteção de dados pessoais se relacionam com o campo da saúde?

Todas essas perguntas têm a ver com uma questão central: direito à comunicação tem a ver com saúde? Para responder a essa indagação, nós retornamos mais de trinta anos no tempo, rumo ao contexto das lutas sociais pela redemocratização do país, em que emergia um amplo conjunto de movimentos e atores que incluía a mobilização pelo direito à saúde. Nos ecos da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, é possível recuperar a premissa de que não há saúde sem democracia – e, mais além, não há democracia sem democratização da comunicação. No entanto, a que nos referimos quando falamos de uma comunicação democrática? Como as políticas públicas podem promover condições efetivas para o exercício de uma comunicação que sustente e promova saúde em sua plenitude?

Ainda na encruzilhada do tempo, ao retomar o marco da redemocratização do país e do enfrentamento da ditadura civil-militar, chegamos às interpretações que a Consti-

tuição brasileira de 1988 deu à saúde e à comunicação. No legado constitucional, saúde é direito de todos e dever do Estado. A comunicação, por sua vez, ainda carece de regulamentações e garantias que não foram efetivadas até o presente. Então indagamos: é possível a existência do direito à saúde sem a garantia de pluralidade e diversidade na comunicação? Que desafios estão colocados na contemporaneidade ao direito de comunicar, uma experiência humana inalienável, mas distante de ser concretizada em sua plenitude se não houver condições reais para seu exercício?

Do advento da Constituição de 1988 e de seus marcos no campo da saúde e da comunicação, já se vão mais de trinta anos. Se olharmos para nossa própria trajetória de vida, veremos que muita coisa mudou de lá para cá! Em outubro de 1988, data da promulgação do texto constitucional, Rodrigo era um estudante secundarista envolvido no movimento estudantil e nas mobilizações pelo retorno à democracia no país; ele esteve em um ato em Brasília na posse da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Luiz Felipe havia nascido no ano anterior, no interior de Minas Gerais, filho de um agricultor e de uma professora que havia deixado o magistério para se dedicar à família e à vida no campo. Também as experiências vivenciadas pela sociedade brasileira se modificaram, ainda que tenham permanecido relações arcaicas que sustentam a exclusão e as desigualdades, com reflexos nos campos da saúde e da comunicação. Ao final da segunda década do século XXI, estamos diante do desafio de como manter vivo o arcabouço de direitos fundados na Constituição de 1988 e ao longo da redemocratização brasileira.

Nossa proposta neste livro é analisar a centralidade do direito à comunicação para a garantia da saúde como direito e dos princípios do SUS. O objetivo principal é compreender as relações entre comunicação e saúde à luz dos direitos humanos, ambas identificadas como expressão de cidadania. As disputas entre o interesse público e os interesses privados no cenário das políticas de comunicação atuam como determinantes nas políticas de saúde e desafiam as lutas pelo exercício pleno da cidadania, em sociedades capitalistas e desiguais como a brasileira. ✱

Segurança no trabalho: 41 anos do acidente de Enchova

SINDIPETRO-NF

O acidente: “Eram 3h30 da madrugada de quinta-feira, 16 de agosto quando um vazamento de gás, seguido de forte explosão e incêndio, fez estremecer as 22.600 toneladas da estrutura de aço da plataforma central de Enchova. Naquela madrugada fatídica se tornou um verdadeiro pesadelo para os 254 homens que trabalhavam em suas instalações”
Revista Manchete, edição 1689 de 1 de setembro de 1984

O acidente de Enchova, ocorrido em 16 de agosto de 1984, é um marco trágico na história da exploração petrolífera no Brasil. O incêndio foi causado por uma explosão que ocorreu durante uma operação de manutenção. A explosão inicial foi seguida por uma série de outras explosões, agravando ainda mais a situação e dificultando as tentativas de controle do fogo. BLOW OUT! As chamas intensas e a fumaça densa tornaram o resgate dos trabalhadores extremamente difícil. Muitos deles se viram obrigados a pular no mar para escapar do incêndio, enfrentando grandes riscos de afogamento e queimaduras. Segundo relatos de trabalhadores que estavam a bordo da plataforma, os pessoal da segurança informou que o fogo estava descontrolado e as pessoas foram para o ponto de encontro e de lá para as baleeiras. Enchova tinha cinco baleeiras com capacidade para 51 pessoas em cada. Todos estavam muito assustados, a grade maioria era jovem na faixa dos 20 anos e nunca tinham vivido uma situação parecida. As pessoas aguardavam o momento de descer em ordem, mas após algum tempo foram orientadas a voltar ao ponto de encontro. Foi ali que souberam que os cabos de uma baleeira na hora da descida ficou engatado, o que fez com que ela quebrasse e trabalhadores despencassem no mar a uma altura de 18 metros. “Na hora em que a baleeira deveria ser solta, de uma só vez nas duas pontas, ela só se desprende de um lado. Com o peso, mergulhou de bico no mar, calculo que a uns 6 m de profundidade. Consegui sair do meio das ferragens, mas vi muita gente morta lá dentro,” disse Pedro Paulo de Souza que estava na baleeira que desceu irregularmente. Este acidente resultou na morte de 37 trabalhadores por conta da queda da baleeira. Além dos mortos, a tragédia deixou 19 feridos.

“Vi um pedaço da baleeira preso no cabo de aço. Muitas pessoas se descontrolaram, ficaram nervosas. Percebi que não tinha como fugir daquele lugar. Só pensava que ia morrer, não conseguia pensar em mais nada. De um lado, um incêndio ameaçava tomar conta da plataforma. Do outro lado havia o mar. Um amigo meu estava morto. Não havia saída para nós”. Luís César Nascimento, 63, operador de produção na Petrobrás, em entrevista à Folha de São Paulo.

OS IMPACTOS NA CIDADE DE MACAÉ

Às 7h da manhã chegaram notícias do acidente na cidade de Macaé e o povo foi para as ruas e em elevado número, dirigiu-se até o aeroporto da cidade, para ver a chegada dos helicópteros e saber mais notícias do acidente. “Nas janelas das casas e nas calçadas todos ficavam atentos ao deslocamento de ambulâncias e cerca de 150 médicos, todos atuando na cidade, ficaram de plantão, enquanto as duas emissoras de rádio, uma AM e outra FM, faziam um apelo à população para doar todo tipo de sangue. Só por volta das 11h, quando ficou esclarecido que a plataforma não havia explodido e que o número de feridos não era tão alto como se pensava, os grupos de pessoas nas ruas e nos bares começaram a se dispersar. Entretanto, no aeroporto e em frente à Casa de Caridade em Macaé, um número elevado de pessoas se manteve vigilante, observando a chegada e saída de ambulâncias e buscando notícias de seus parentes”.

AS MUDANÇAS PÓS ACIDENTE

O acidente de Enchova é lembrado até hoje como um dos piores desastres industriais do Brasil e do mundo. Serve como um doloroso lembrete da importância da segurança no trabalho, especialmente em setores de alto risco como a exploração de petróleo. A tragédia destacou a necessidade urgente de melhorias nas normas de segurança e nos protocolos de emergência nas operações de extração de petróleo, que só aconteceram com muita pressão da categoria petroleira.

Nesses últimos anos, não ocorreram grandes mudanças em relação à gestão de segurança nas empresas de petróleo e principalmente na Petrobrás. Muitas vidas foram ceifadas em acidentes de trabalho, que a categoria se nega a esquecer. Em grandes tragédias, foram 11 companheiros da P-36, 11 no FPSO São Mateus e três em NS-32. Além deles, centenas de outros petroleiros morreram em acidentes de trabalho, em função da negligência e do descaso dos gestores da Petrobrás com a vida humana.

O que houve de conquista na área de SMS como o direito de recusa, a participação nas comissões de apuração de acidentes e interdições de unidades, a construção da NR-37 foram arrancadas na luta, através de greves e muitas denúncias. Hoje o trabalhador vive uma realidade difícil nessa área com os desinvestimentos e o baixo efetivo, as denúncias de assédio, problemas de saúde mental e sobrecarga de trabalho só aumentam, inclusive com milhares de demissões de trabalhadores terceirizados. Cabe ao Sindipetro-NF e a categoria resistir, denunciar e se manter unida na busca de avanços que só virão com mobilização e organização.

VÍTIMAS DO ACIDENTE DA PETROBRÁS

- Antônio Francisco Fernandes
- Antônio Pio Sales
- Antônio Ricardo Pessanha Barretto
- Carmélio Pimenta do Nascimento
- Claudio Luis Pacheco Santos
- Daniel Fortunato
- Edson Rodrigues Simões
- Everton Gomes da Silveira
- Flávio Pereira de Souza
- Gecildo Laerte Braga
- Geneci da Silva
- Hélio Cerqueira
- Jonas dos Santos Coutinho
- José Carlos Diniz
- José Carlos Ferreira
- José Renato Lopes Lima
- Lédio de Carvalho Gonçalves
- Luís Carlos Barbosa
- Marcos Rogério Medeiros Queiroz
- Marcos Teixeira Cortes
- Murilo Machado
- Nelson Luiz de Oliveira Souza
- Paulo Jorge de Oliveira
- Paulo Roberto Barreto Lima
- Richard Takahashi
- Rigott Marcelino Barbosa
- Rômulo Magno Ribeiro Lima

DA EMPRESA MEYMAR

- Aldemir Soares da Silva
- Álvaro Cabral
- Carlos Henrique Cabral
- Gelson Gueiros Campinho
- José Manoel de Oliveira
- Roberto de Souza
- Salomão Souza Godinho
- Valcir Brandão Gonçalves

DA PRU ENGENHARIA

- Gilberto Raimundo da Silva

DA ROLLS ROYCE

- Luís Conrado Luber ✱



REDES SOCIAIS E A MARCA DO SINDICATO



Para refletir: fórmula de engajamento, a métrica das métricas. Será mesmo?

PUBLICADO EM 8 DE JULHO DE 2021

Já faz algum tempo que alguns profissionais de marketing digital vêm buscando uma métrica onipresente que de forma fácil e universal consiga traduzir os resultados das ações de marketing. Em Social Media, uma das favoritas para ocupar esse posto é a “fórmula de engajamento”, a qual quase todo blog de social media ou ferramentas de marketing digital tem um post com uma versão dessa fórmula, inclusive algumas mídias como Twitter e LinkedIn as têm como uma de suas métricas oficiais. Essa paixão desenfreada pela “fórmula de engajamento” pode gerar interpretações equivocadas sobre a real situação das marcas nas mídias sociais, mas antes de explicar o meu ponto de vista sobre o uso indevido da “fórmula”, vamos à definição da métrica:

- ▶ **Fórmula genérica de engajamento =**
- ▶ Total de interações escolhidos pelo autor
- ▶ Métrica de volume escolhido pelo autor

- ▶ **Exemplo FE do Facebook**
- ▶ Curtidas + Comentários + Compartilhamentos
- ▶ Total de Seguidores da Página

Existem diversas fórmulas e em alguns casos alguns “especialistas” escolhem aleatoriamente pesos e métricas para entregar algo novo para o mercado e ganhar fama com isso. Confira algumas das variações mais populares:

Tabela 1 - Exemplo de fórmulas de engajamento (Facebook e Instagram)

FB01	FB02	FB03
FB04	FB05	FB06
INSTA01	INSTA02	INSTA03
INSTA04	INSTA05	INSTA06

Existem vários problemas com essa métrica, começando com o fato que ela envolve métricas únicas como likes (a pessoa curte uma única vez) e métricas múltiplas como comentários (mais de uma interação por pessoa) em uma única fórmula, além de agrupar de propósito métricas de demonstração de aceitação ou aprovação (Exemplo: Likes) e apresentação de opinião (exemplo: comentário), além disso quando envolve demais métricas (salvar, compartilhamentos, views) vira uma “salada de fruta”.

Quando colocam “pesos” (curtir x1 + comentário x2 + salvar x 3 etc) a situação se complica ainda mais, é como se o internauta tivesse a mesma visão do que é mais ou menos importante do que o guru que “chutou” os pesos. Digo “chutou”, porque raramente vejo uma explicação científica para tais informações, dizem apenas que o blog X disse que é para usar, daí o blogueiro X disse que o Y disse que deveria usar, daí o Y tirou de um blog “gringo” que não lembra o nome... Ninguém confere a veracidade e relevância da informação, mas usa sua influência para compartilhar mentiras. Vamos desenhar:



@zero é uma produtora de conteúdo iniciante com 240 seguidores que decidiu profissionalizar seu trabalho, montou um planejamento e fez 04 posts no seu perfil do Instagram para iniciar essa nova fase. @zero não sabia como mensurar e achou em um blog a fórmula (curtidas+comentários)/volume de seguidores.

De acordo com a fórmula ela teve uma média de 5,5% de engajamento. Isso significa que 5% dos seguidores estão “engajados”? Não, porque não-seguidores também podem curtir e comentar. Então significa que obteve 5% do total máximo de “engajamentos”?

Também não, pois um ou mais perfis podem fazer vários comentários e assim ultrapassar o total de 100%. Além do fato de que essa fórmula não tem as demais métricas. Algumas pessoas começam a incluir outras métricas na fórmula gerando variações do que é “engajado” ou o “post mais engajado”. Na próxima imagem tem um ranking de “engajamento” com as 06 fórmulas citadas na tabela 01.

O que podemos perceber é que ao incluir mais uma métrica (salvar) a estrutura muda completamente e a cada métrica que for incluída podemos esperar novas mudanças drásticas. Independente das escolhas percebemos que os posts mais “engajados” são o primeiro e o terceiro. O segundo conteúdo (vídeo com dica de café) só aparece uma única vez em segundo lugar e o quarto post (publi) em metade das fórmulas aparece em último lugar.

O problema não está exatamente na fórmula A ou B, mas ao fato da @zero não fazer uma análise de contexto e acreditar que uma fórmula responde a sua pergunta: Meu post é muito engajado? Qual o mais engajado?

- ▶ en-ga-ja-men-to (engajar + -mento)
- ▶ substantivo masculino

1. Ato ou efeito de engajar ou de se engajar.
2. Envolvimento ao serviço de uma ideia ou de uma causa (ex.: engajamento político).

- ▶ en-ga-jar (francês engager, dar como caução, empenhar)
- ▶ verbo transitivo

1. Contratar (indivíduos para determinado serviço).
2. Aliciar para determinada atividade, especialmente para a emigração.
Verbo transitivo e pronominal.
3. Envolver ou envolver-se politicamente ou ao serviço de uma causa. = EMPENHAR
4. Alistar-se nas forças armadas. Verbo pronominal.
5. Ser contratado como engajado.

- ▶ em-pe-nhar
(latim tardio *impegnare, do latim pignor, -oris, penhor, hipoteca, garantia, caução)
- ▶ verbo transitivo

1. Dar como segurança de uma dívida ou contrato; dar ou pôr em penhor.
= PENHORAR, EMPENHORAR.
2. Dar como caução de um empréstimo.
3. Fazer contrair dívidas.
4. Expor; arriscar.
5. Empregar com solicitude. Verbo pronominal.
6. Endividar-se.
7. Fazer diligência.

8. Fazer algo com empenho, dedicação ou muita concentração (ex.: acho que eles se empenharam muito neste projeto; nunca se empenhou no estudo). = APLICAR-SE, DEDICAR-SE.
9. Tomar interesse por. Após ler os conceitos vamos aos contextos de cada post:

Analisando post a post será que ainda manteremos a ideia de que o segundo conteúdo (vídeo com dica de café) e o quarto post (publi) são os menos engajados, mesmo com a influência direta deles na mudança de comportamentos?

O publipost (4º conteúdo) teve envolvimento de perfis externos (009), influência de compra, conversas entre perfis, mas em determinadas fórmulas seria menos engajado do que a mensagem de bom dia, que até crítica teve.

PARA CONCLUIR

Cada caso é um caso diferente. Cada marca precisa de suas próprias métricas, cada conteúdo tem um propósito e consequentemente um KPI diferente. Não dá para medir todos os posts com uma fórmula que é uma grande salada de números.

Fórmulas consolidadas têm proposições e parâmetros claros, o CRT, por exemplo, mensura proporção da frequência com que as pessoas que visualizam seu anúncio clicam nele. Se a métrica diz que tem CTR 50%, significa que em todas as vezes que foi exibido, em metade dela obtivemos cliques, já o 50% de “fórmula de engajamento” significa exatamente metade do quê?

Outra fórmula interessante é o percentual de perfis envolvidos, na qual dividimos a quantidade de pessoas que tiveram uma ou mais interações pelo alcance. Se o resultado foi de 50% significa que metade das pessoas que viram o conteúdo se envolveram de alguma forma com ele, simples e direto. Existem inúmeras métricas. É como sempre digo #FocoNoKPI, pois não é possível definir um KPI seguro se não tem estratégia de mensuração definida no planejamento. Nenhuma fórmula te salva depois que o post já foi feito. *

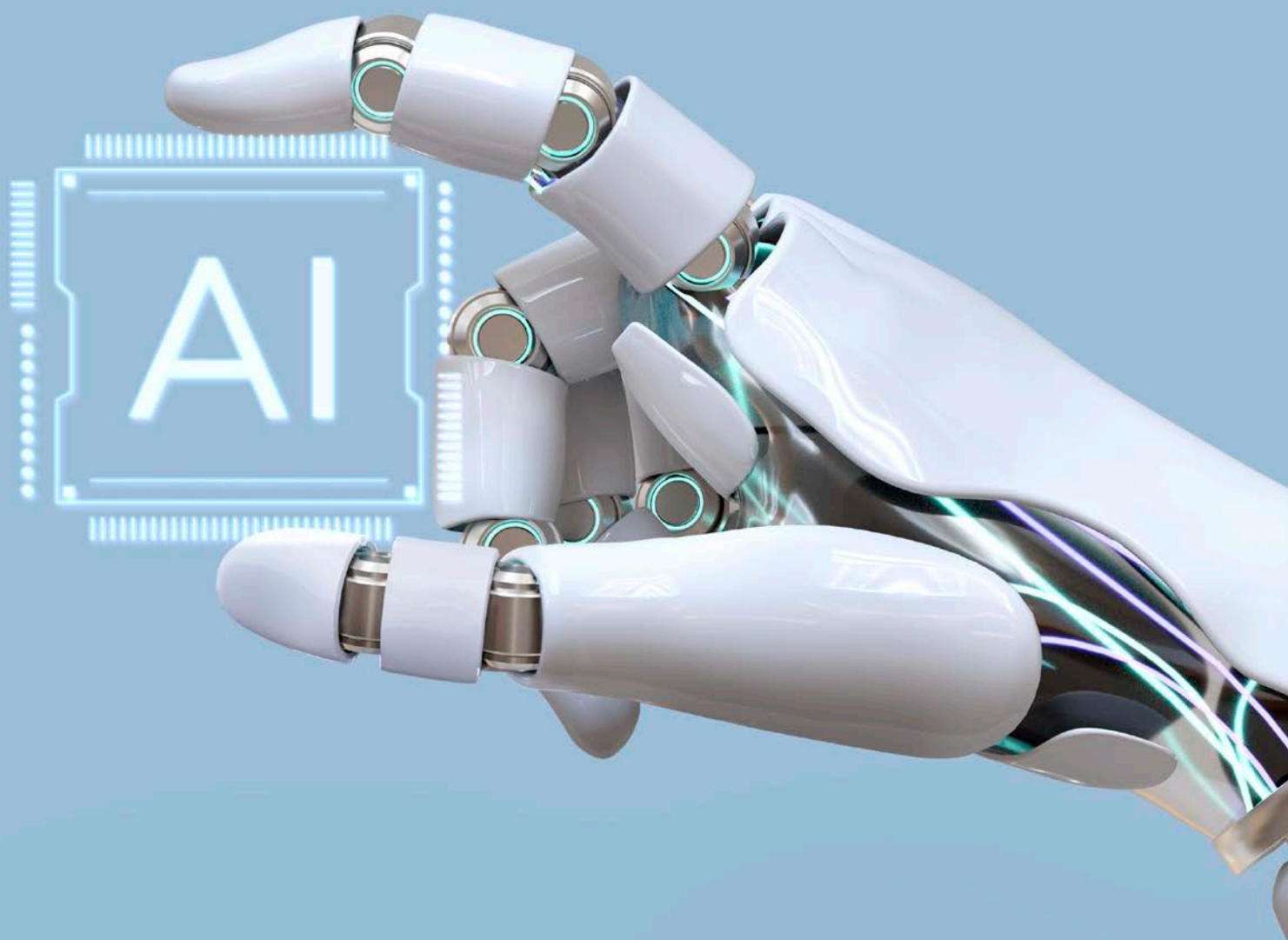
REFERÊNCIAS

- “EMPENHAR”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, Disponível em <https://dicionario.priberam.org/EMPENHAR>. Acesso em 22 maio 2020.
- “ENGAJAMENTO”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, Disponível em https://dicionario.priberam.org/engajamento?utm_source=blogdaqualidade&utm_medium=o-que-e-engajamento. Acesso em 22-05-2020].



MESA 4

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E BIG TECHS



Inteligência Artificial e Impactos Sociais

A inteligência artificial, em particular a sua vertente generativa, tem catalisado uma das mais significativas transformações na sociedade contemporânea, com profundos impactos no trabalho e na ética.

ARTHUR WILLIAM

1. O SURGIMENTO DA IA GENERATIVA

A IA generativa, que cria conteúdo a partir do zero (como texto, imagens, vídeos e áudio), diferencia-se fundamentalmente da IA preditiva, que opera com base na análise de dados para prever resultados. O Waze e o Google Maps, por exemplo, são ferramentas de IA preditiva que processam uma série de informações para sugerir o melhor caminho.¹ Essa capacidade de predição, no entanto, já causava uma espécie de “atrofia” cognitiva, pois os usuários se tornavam dependentes do GPS e perdiam a capacidade de navegar de forma autônoma.

A popularização da IA generativa, simbolizada pelo lançamento do Chat GPT, foi possibilitada por avanços fundamentais na pesquisa, notadamente pelo artigo “Attention is All You Need”, de 2017. O estudo propôs uma nova arquitetura de modelo, o *Transformer*, que, ao dispensar as redes neurais recorrentes, permitiu que a IA processasse linguagem natural de forma mais eficiente e paralela. A publicação desse artigo em um formato de ciência aberta permitiu que a tecnologia fosse utilizada por diversas empresas, incluindo a OpenAI, que desenvolveu o modelo GPT.

2. IMPACTOS DA IA NO TRABALHO

O debate sobre o impacto da IA no mercado de trabalho é complexo, ultrapassando a dicotomia simplista entre a substituição total de empregos e a mera otimização. A análise estrutural revela que a IA impacta as atividades profissionais de pelo menos quatro formas distintas:

TIPO DE IMPACTO	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS DO MATERIAL DE PESQUISA
SUBSTITUIÇÃO	Transferência de uma ou mais atividades do ser humano para a máquina.	Carros autônomos substituindo motoristas.
GERAÇÃO	Criação de novas atividades ou profissões que não existiam anteriormente. ¹	O surgimento da “engenharia de prompt” como uma nova habilidade para se comunicar com a IA generativa. ¹
AMPLIAÇÃO	Expansão da capacidade e produtividade do trabalhador. ¹	Robôs cirúrgicos que auxiliam médicos. ¹ Ferramentas de IA que criam rascunhos de conteúdo para profissionais de marketing.
TRANSFERÊNCIA	Transferência de tarefas do profissional para o consumidor.	O próprio consumidor passa a realizar a função de caixa em supermercados com caixas automáticos. O uso de robôs aspiradores de pó, que transferem a tarefa de faxina para o usuário.

A inserção de ferramentas de IA tem levado empresas a demitir profissionais, especialmente em cargos júnior ou de estágio. O impacto mais significativo se manifesta na automação de tarefas repetitivas e na redefinição das expectativas em relação às competências profissionais, o que exige a requalificação constante da força de trabalho.

3. DESAFIOS ÉTICOS E REGULATÓRIOS

A IA generativa, embora poderosa, apresenta desafios éticos significativos. A dependência do usuário em relação às respostas prontas pode levar a uma atrofia do senso crítico. Além disso, os modelos podem apresentar “alucinações” (informações falsas) e reproduzir vieses culturais e preconceitos presentes em seus dados de treinamento, que são predominantemente provenientes do “norte global”.¹ Isso se manifesta em textos com termos não comuns em português ou na reprodução de racismo e outros preconceitos. Outro desafio é a desigualdade de acesso à qualidade da tecnologia. A capacidade dos modelos de IA está diretamente ligada ao custo: planos mais caros oferecem modelos que erram menos e possuem maior capacidade de processamento, enquanto os planos gratuitos ou mais baratos têm modelos mais limitados. Essa estratificação tecnológica reforça a desigualdade social. A necessidade de regulação se torna, portanto, imperativa para garantir os direitos do cidadão e evitar que a tecnologia seja usada de forma irresponsável, como no caso do Grok, a IA de Elon Musk que, por não possuir “guard rails” éticos, tem gerado conteúdo violento e desinformação. O estabelecimento de políticas públicas para a democratização do acesso é fundamental para que os benefícios da IA sejam usufruídos por toda a sociedade. ✱



HOMENAGEM AO GRUPO TORTURA NUNCA MAIS E AO CONSELHO NACIONAL DE SERINGUEIROS



Trechos Do Livro “Fragmentos De Memórias Malditas: Invenção de si e de mundos” de Cecília Coimbra. Editora N-1.

UMA GERAÇÃO.

Lembra daquele tempo

Que sentir era

A forma mais sábia de saber

E a gente nem sabia?

(Alice Ruiz)

Lembrar um tempo vivido intensa e ativamente sem cair em saudosismos conservadores é um desafio que aceito enfrentar ao narrar alguns fragmentos do que vivi. Fiz parte de uma geração de jovens estudantes e intelectuais que, nos anos 1960 e 1970, generosamente sonhou, ousou e correu riscos. Uma geração que foi massacrada e, em parte, exterminada. Críticos em relação à sociedade estabelecida na naturalização das misérias capitalistas, sonhávamos com a construção de um outro mundo: solidário, fraterno, guiado pela igualdade na produção e distribuição das riquezas; pela vontade de afirmar uma vida coletiva, para todos e todas indistintamente. Achávamos injusta a concentração de riqueza e de poder nas mãos de poucos privilegiados. Nos indignávamos com os assujeitamentos e aprisionamentos impostos que, de diferentes maneiras, visavam nos despotencializar e impedir o respirar, o mudar, o outrar. Um mundo de homens e mulheres livres com igualdade de oportunidades na experiência do viver era o sonho comum de um comum aspirado por esta geração.

Apesar de toda a violência perpetrada pelo Estado brasileiro sobre mim, meus amigos e meus companheiros, nunca me vi como vítima – como uma coitada que tem pena de si mesma e que, de maneira ressentida, teria direito à vingança(...). Hoje a indignação permanece, mas não o ódio – e afirmo que o ódio não é uma força de criação de si, mas um envenenamento da própria vida. Caminhando como equilibrista no fio desta tensão era atravessada por forças díspares. Foi a insistência de uma força estranha e bela de ligação entre resistência e invenção que, ao ser afirmada, fez com que, junto a alguns parceiros, participasse da criação do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM/RJ), em 1985, bem como aproximasse docência e militância em minha trajetória como professora universitária(...). Os anos de 1960, foram marcados por momentos inesquecíveis de permanente alegria e agitação de uma juventude que acreditava que poderia mudar o mundo e que tinha cer-

teza de que conseguiria fazê-lo. Tempos de experiências belíssimas, que forjaram relações de amizade que persistem ainda hoje – mesmo que muitos daqueles jovens tenham tomado rumos diferentes em suas vidas. A solidariedade e a alegria que experimentei junto aos companheiros me ensinaram que querer outro mundo é algo que não se faz sem que se entre, também, em um processo de invenção de si – e é esta dimensão processual, infinda e ilimitada da vida que, também através das memórias, não cessa de se criar. É exatamente isto que aqui nos interessa acessar e narrar: lembrar para outrar, escrever para devir.

As memórias malditas e perigosas dos vencidos – aquelas que não constam nos livros oficiais e que o Estado tenta incessantemente fazer desaparecer – ainda hoje insistem em nossos corpos. São histórias que fazem parte de nossas vidas e que continuam em nós, marcadas a ferro e fogo. Falar delas é ainda doloroso e muito difícil – mas também, e cada vez mais, absolutamente necessário. Se a memória e a história não são neutras, mas sempre políticas, é preciso afirmá-las como campo de constantes combates entre forças para que, contadas e afirmadas, possam inscrever no presente porvires diferentes. São estas memórias coletivas e não próprias, geracionais e não egóicas, singulares e não individuais que nos invadem e às quais damos passagem para com elas tentar contagiar outras vidas e, assim, agenciar resistências-criações como embriões de futuros que jamais saberemos quais serão, mas que podemos afirmar no presente como germes de criação de si e de mundos.

O início da década de 1960 foi um período de muita efervescência para a nossa geração. Vivemos intensamente a alegria e a descontração daqueles anos. A Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi da UB), atual Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS da UFRJ), onde cursava História, era um núcleo de grande agitação e movimentação para os secundaristas e para os universitários cariocas. Passávamos o dia no prédio da Avenida Presidente Antônio Carlos, no centro do Rio de Janeiro, onde hoje é o Instituto Italiano de Cultura, assistindo a aulas, conversando, organizando assembleias e reuniões, convivendo. À noite ficávamos tocando violão e cantando em suas escadarias a nascente melodia da bossa nova, entrecortada por músicas recém chegadas da Revolução Cubana e outras veiculadas pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), cujas letras nos embalavam com um nacionalismo ingênuo (...).

O GOLPE – UMA NOITE, UMA TARDE.

“Tenho a impressão

que já disse tudo.

E tudo foi tão de repente...

(Paulo Leminski)

Em função desta experiência na Baixada Fluminense, fui indicada para compor uma comissão encarregada da formação de novos alfabetizadores para o PNA. No final da tarde do dia 31 de março de 1964, estava no Salão Nobre do Instituto Benjamin Constant, na Urca, em um ato que dava início à instrução dos professores que iriam ensinar adultos a ler e a

escrever, quando soubemos que um golpe contra o governo de João Goulart estava em curso. Impactados com a notícia, mas sem acreditar que realmente se efetivaria, saímos diretamente de lá para a sede da UNE, na Praia do Flamengo, para onde muitos estudantes de diversas partes da cidade também se dirigiam. A incredulidade era parcial, pois havia me conectado com estas forças golpistas, que me conduziram às lágrimas, quando presenciei dias antes, em 19 de março, a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro. Encontrava-me na Rua São José, no centro da cidade, quando avistei uma multidão de homens e mulheres finalmente trajados em marcha contra o governo “comunista” de João Goulart. Outras marchas semelhantes ocorreram em outras capitais do Brasil, mesmo após o golpe até meados daquele ano de 1964.

Durante toda a noite e toda a madrugada, o prédio da UNE esteve tomado por centenas de estudantes que ansiosamente acompanhavam o desdobramento dos acontecimentos, ainda sem acreditar na vitória do golpe. Estávamos dispostos a resistir, e afirmávamos, ingenuamente, em alto e bom som: não passarão! De boca em boca, circulou a informação de que no dia seguinte deveríamos nos dirigir ao Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), na Faculdade Nacional de Direito, ao lado do Campo de Santana e defronte à Central do Brasil, no centro do Rio de Janeiro, para juntos enfrentarmos e barrarmos o golpe civil-militar que se efetivava naquele momento. Nossa ingenuidade era imensa...(…)

Naquela tarde, já trazíamos conosco a triste e traumática recordação da primeira morte que assistimos. Antônio Carlos Silveira Alves, estudante do curso de Filosofia, encontrava-se no prédio da FNF, prestes a se dirigir para o CACO, quando a arma carregada por um companheiro caiu no chão e a bala atingiu seu estômago. Levado para o Hospital Souza Aguiar, no centro do Rio de Janeiro, veio a falecer pouco tempo depois em função de hemorragia interna causada pelo projétil. Durante muitos e muitos anos, o fantasma desta morte nos acompanhou, nos assombrou e nos fez calar sobre este acidente.(…)

A VIDA INSISTE NO HORROR

É sempre difícil

Ancorar um navio no espaço.

(Ana Cristina César)

Na segunda metade dos anos 1960, os estudantes reivindicavam pautas que vinham desde o começo da década, e que o golpe havia, ao menos em parte, arrefecido – como mais verbas para as escolas e universidades e maior participação nas instâncias decisórias. O assassinato do secundarista Edson Luiz, morto pela polícia em um confronto no restaurante Calabouço, em março de 1968, no centro do Rio de Janeiro, motivado por um protesto contra o aumento do preço da comida, foi a faísca que faltava a um monte de palha seca – uma espécie de estopim que desencadeou reações fortes por parte de alguns segmentos da sociedade que se sentia sufocada pelo regime militar. Foi o primeiro assassinato de um estudante pelas forças da repressão. Seu enterro e sua missa de séti-

mo dia transformaram-se em veementes atos de protestos contra a ditadura – quando se registraram atos violentos da polícia.

Nos meses seguintes, alastram-se manifestações estudantis nas principais cidades do país – que no Rio de Janeiro, em Brasília terão suas universidades violentamente invadidas pelo Exército. Estão sendo criadas as condições para a Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1968. Na ocasião, mesmo sendo uma jovem mãe, participo da passeata e acompanho de perto a organização dos desdobramentos daquela emocionante manifestação: uma comissão reunindo representantes dos estudantes, dos profissionais liberais, dos professores, dos religiosos e das mães dos estudantes para dialogar com o governo do general Costa e Silva. A principal reivindicação é a libertação dos presos em manifestações anteriores. Diante da recusa do governo, as conversações são rompidas. Em outubro, realiza-se o célebre congresso da UNE, já na clandestinidade, em Ibiúna, interior de São Paulo, quando cerca de 700 estudantes são presos. Este evento permite à repressão o mapeamento por fotos de todas as principais lideranças do movimento estudantil brasileiro. Tais fotos são, posteriormente, usadas nos interrogatórios nos DOPS e nos DOI-CODIs, facilitando o reconhecimento de muitos companheiros que já estavam na clandestinidade.(...)

É nesse período que, no Brasil, surgem várias organizações clandestinas, a maioria oriunda de dissidências do PCB que, de diferentes formas, apostavam no confronto direto com a ditadura através da luta armada: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de Outubro – nome dado em homenagem à data do assassinato de Che Guevara na Bolívia, em 1967 (MR-8), Vanguarda Armada Revolucionária–Palmares (VAR-Palmares), Vanguarda Popular Revolucionária, surgida de um racha da POLOP (VPR), dentre outras. Muitas delas já começam, inclusive, a estruturar seus próprios grupos armados de forma precária, com alguns membros recebendo treinamento específico no exterior; outras deslocam alguns de seus quadros, já na clandestinidade, para as fábricas e para o campo na preparação de um projeto de guerrilha urbana e rural.

O governo militar, ao contrário do que afirmavam alguns companheiros, não se mostrava acuado, mantendo-se na ofensiva: levar às últimas consequências seu modelo de desenvolvimento econômico e social. Está armada a cena para o golpe dentro do golpe: o Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. A partir dele, o regime militar consolida o terrorismo de Estado, sua forma mais brutal de atuação, através de uma série de medidas como o fortalecimento do aparato repressivo com base na Doutrina de Segurança Nacional que considera todo e qualquer opositor ao regime como “inimigo interno” e “traidor da pátria”: não se podem tolerar os antagonismos internos. A partir deste momento, silencia-se, criminaliza-se e massacra-se toda e qualquer pessoa que ouse levantar a voz – porque divergir do regime é um crime, e como tal será punido.

Em 1967, o Centro de Informações do Exército (CIE) é organizado. Em 1969, é a vez da Aeronáutica criar seu Centro de Informações (CISA). Estes se somam ao da Marinha (CENIMAR) que surge em 1947 e é reorganizado em 1955 e 1971. O Serviço Nacional

de Informação (SNI) já em funcionamento desde 1964, passa a se conectar aos governos estaduais, às administrações municipais e a empresas privadas. Torna-se, a partir de 1968, o órgão da repressão mais importante do Brasil – com uma agência em cada Ministério, órgão estatal e universidade. Em São Paulo, é criada, também em 1968, uma força unificada anti-guerrilha que recebe financiamentos privados e públicos: a Operação Bandeirante (OBAN).

No início dos anos 1970, ela se institucionaliza como DOI/CODI-SP (Destacamento de Operações e Informações/Centro de Operações de Defesa Interna), ficando sob a jurisdição do Comando Regional do Exército. Em cada região do país estruturam-se destacamentos semelhantes, ligados às três armas, à Polícia Federal, às Polícias Estaduais, ao DOPS, às Polícias Militares, aos Corpos de Bombeiros, sob o comando do Exército, o que indica uma integração maior entre os organismos repressivos, de segurança e informação já existentes para melhorar a eficácia da repressão.

Os DOI/CODIs passam a dispor do comando efetivo sobre todos os órgãos de segurança existentes em uma região militar – e chega-se a falar de um Estado dentro do Estado. Nenhuma outra ditadura da América Latina teve um sistema de segurança, informação e repressão tão bem elaborado e tão complexo como o brasileiro.

Além disso, havia ainda os grupos paramilitares, também alimentados com financiamentos privados e públicos, e o fortalecimento dos chamados Esquadrões da Morte – utilizados supostamente como instrumentos para diminuir os índices de criminalidade entre as populações marginalizadas das periferias das grandes cidades, funcionando como grupos de extermínio ligados, também, às polícias políticas. Seus líderes, ao fazerem parte do aparelho repressivo, tornam-se heróis nacionais intocáveis pela Justiça, e aqueles que ousam apontar seus crimes violentos são identificados como inimigos do regime e tratados como tal.(...).

No dia 26 de agosto de 1970, no final da tarde, o Serviço de Buscas do DOPS/RJ invadiu minha residência e apreendeu centenas de livros e alguns documentos.(...).

Ao chegar ao 2º andar do prédio do DOPS, o coronel Mário Borges, diretor daquele departamento, recebeu-nos com gritos, impropérios e palavrões que me intimidavam: “Fale, sua puta comunista, com quantos você já trepou hoje?”.(...).

Nesta mesma tarde do dia 28 de agosto, me retiraram da cela do presídio e algemada e encapuzada, fui levada para o inferno.(...). *

Mataram Chico Mendes!

*(João Carlos Lopes - Movimento de Comunidades Populares-MCP)
Texto publicado em 22 de dezembro de 2024.*

Hoje, 22 de dezembro, fazem 36 anos. Parece que foi ontem. Foi em 1988, ano da aprovação da nova Constituição Federal do Brasil, a chamada Constituição Cidadã, considerada a mais democrática de todas as anteriores. Aprovada em 5 de outubro de 1988. Em novembro do mesmo ano, o exército brasileiro invadiu a maior siderúrgica estatal do Brasil. Matou três operários que, juntos com seus companheiros, estavam em greve por aumento de salário. Com esse fato, ficou claro que os operários em greve não eram considerados cidadãos, como dizia a nova Constituição. No mês seguinte, em 22 de dezembro, os latifundiários mataram Chico Mendes. Desta vez, o recado foi para todos os trabalhadores do campo, indígenas, quilombolas e camponeses. Esse crime foi um recado: O trabalhador do campo que lutasse por terra também não seria cidadão constitucional. Mas, então, quem é Cidadão?

Cidadão tem origem na Grécia antiga, de onde veio a “nossa” democracia. Lá, cidadão era quem morava na cidade e participava da política. Escravizados, a maioria da população, não eram considerados cidadãos. Portanto, não tinham direitos, só deveres. Assim como os operários da Siderúrgica de Volta Redonda. Porém, os metalúrgicos também acreditavam na democracia eleitoral. Até elegeram o presidente do seu sindicato para deputado federal. Mas, como isso não era suficiente, tiveram que fazer greve. E aí, acabou a cidadania para eles. Mais tarde, o presidente da República FHC, escolhido pelo voto democrático, privatizou a siderúrgica (CSN). Os novos donos a modernizaram e a maioria dos operários perdeu o emprego.

E Chico Mendes, qual foi o motivo dele ser assassinado? Ele não era ecologista? Hoje, defender o meio ambiente é consenso. Até os poderosos estão preocupados. O problema é que Chico Mendes dizia que “Ecologia não é jardinagem, é luta de classes”. Ele organizava o povo da floresta, seringueiros iguais a ele, castanheiros, ribeirinhos e indígenas, em defesa não só da floresta, mas pelo direito desse povo viver e trabalhar nela de forma coletiva. Para isso, era necessário manter a floresta em pé. Chico Mendes tam-

bém acreditou na democracia eleitoral. Foi eleito Vereador e ajudou a fundar o PT. Mas, não foi por isso que o assassinaram. Foi por causa da luta por meio dos “Empates”, onde o povo cercava homens e máquinas para impedir a derrubada das árvores. E também a fundação do Sindicato, como meio de organizar o povo para defender a floresta.

As dezenas de Escolas de Educação Popular organizadas nas comunidades rurais. O apoio da igreja com a Teologia da Libertação. A realização do primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, que criou o Conselho Nacional de Seringueiros, liderado por Chico Mendes. E, como consequência, a conquista da terra coletiva (Reserva Extrativista), para o povo da floresta trabalhar e viver. Além disso, houveram as denúncias internacionais feitas por Chico Mendes. Ele denunciava a destruição da Amazônia, feita com o financiamento do Banco Mundial. Tudo isso levou Chico Mendes a ser assassinado. Mas, como ele foi formado para se tornar um Servidor do Povo, disposto a dar a vida pela justiça social?

Hoje, as pessoas dão a vida, mas é por dinheiro para si, e não pelos direitos do povo. Chico Mendes era filho de um seringueiro (seringa é uma árvore que produz látex para fazer borracha). O trabalho é feito na floresta para os fazendeiros e os trabalhadores eram semi-escravizados. O que ganhavam, além de ser pouco, tinham que gastar no armazém do fazendeiro. Como os trabalhadores eram analfabetos, os fazendeiros roubavam na hora de fazer as contas da produção e das compras no armazém. Chico Mendes começou a trabalhar junto com seu pai, aos nove anos de idade. Aos 19, ainda era analfabeto. Quase como um milagre, aparece um homem que sabia ler e escrever no meio da floresta. Começou a alfabetizar quem quisesse aprender.

Chico, todos os finais de semana, caminhava quilômetros, pela floresta, para visitar Seu Euclides e aprender. Mas, o homem misterioso não ensinava somente a ler e escrever. Falava que os trabalhadores precisavam se unir, se organizar e lutar pelos seus direitos. Para isso é que deviam ser alfabetizados. Pouco tempo depois, Chico perdeu o contato com o “professor”. Antes de desaparecer, o homem revelou para Chico que estava ali escondido. Era procurado pela repressão por suas ações revolucionárias. Quando a Federação Sindical chegou à região para fundar os sindicatos de Brasiléia e Xapuri, no Acre, Chico lembrou das orientações do professor. Entrou de secretário do sindicato. A partir daí, começou sua luta. Participou do PT, mas, não satisfeito com os limites desse partido, passou a militar em um partido revolucionário clandestino (PRC), dissidente do PC do B, que teve pouca duração. Se dissolveu um ano após a morte do Chico, mas não por esse motivo.

LEGADO DE CHICO MENDES

Através da luta de massas (Empates), da organização sindical, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, da fundação de 18 Escolas de Formação na região, dos Encontros Regionais, Estaduais e Nacional e dos estudos estratégicos, tiveram muitas conquistas. Foram 66 Reservas Extrativistas Federais e 50 Estaduais. Um milhão e meio de hectares de floresta em pé. 25 milhões de hectares de floresta protegidas. Cem mil famílias beneficiadas. Prevendo que seria

assassinado, em 1988, Chico Mendes deixou uma Carta para a Juventude do Futuro. Nela, ele fala de Esperança, Revolução e Socialismo. A partir de 2016, sua filha, Ângela Mendes, e os companheiros de Chico, organizam, anualmente, um Encontro de Jovens entre os dias 15 de dezembro (nascimento de Chico) e 22, dia de sua morte, para debater a Carta. A pergunta que devemos nos fazer é: Como se explica uma pessoa analfabeta até os 19 anos, partir de um relativamente curto contato com um militante, se tornar um Servidor do Povo a ponto de dar a vida por ele? Por que Chico Mendes, apesar de ser sindicalista e vereador, não foi cooptado pelo sistema? Foi por que morreu logo? Se não tivesse sido assassinado, teria sido cooptado como Marina Silva, que teve a mesma origem de Chico Mendes, mas hoje está integrada ao Projeto Quadrado? Que lições tiramos dessa experiência do Chico Mendes para a formação de novos Servidores do Povo?

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), desde 2009 Conselho Nacional das Populações Extrativistas, é uma organização da sociedade civil para a defesa da floresta amazônica e dos povos que nela vivem. Criada por Chico Mendes, seus companheiros e companheiras durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, na UnB, em outubro de 1985, desde então o CNS trabalha para fortalecer a defesa dos territórios e da economia sustentável das populações extrativistas da Amazônia e, desde 2009, de das populações extrativistas de todos os biomas brasileiros. Com sede em Belém/PA, o CNS é gerido por uma diretoria de 12 dirigentes, eleitos e eleitas em assembleia nacional a cada quatro anos. A nova diretoria do CNS, eleita durante o VI Congresso Nacional das Populações Extrativistas, realizado em Brasília, entre os dias 13 e 17 de novembro de 2023, assume um mandato para o período 2024-2027. Saiba mais: <https://cnsbrasil.org/>. ✱





EXTREMA-DIREITA E IMPERIALISMO: CENÁRIO POLÍTICO E SOCIAL BRASILEIRO



A luta de classes na visão da historiadora Virgínia Fontes

30/01/2024

A professora, historiadora e escritora Virgínia Fontes foi a nossa última entrevistada do ano de 2023 no Podcast De Fato, conversa que resolvemos reproduzir no site por sua excelente análise do atual estágio da luta de classes no Brasil e no mundo.

Marxista, Virgínia atua na pesquisa, na reflexão e na escrita sobre capitalismo, imperialismo e luta de classes, entre outros temas. É historiadora e fez doutorado em Filosofia em Paris. Entre seus livros figuram Reflexões impertinentes – história e capitalismo contemporâneo e o Brasil e o capital imperialismo – teoria e história, além de outras publicações em parceria com diversos autores. Segundo ela, a forma de entender os conflitos da sociedade capitalista tem origem na teoria marxista do século XIX e continua atual nesta segunda década do século XXI. De um lado, setores engajados em lutas populares buscam um Estado que promova uma sociedade mais justa. Do outro, elites históricas e grandes corporações renovam suas formas de aparelhar o Estado e de capturar mentes e corações para manter trabalhadores e a natureza sob seu domínio, visando um lucro que não pensa em transformação social e futuro do planeta. “A luta dos trabalhadores não é pra estar cada vez mais subordinado ao capital, com um controle da própria vida que seja total”.

Confira.

Brasil de Fato RS: Nós tivemos no Brasil um ataque brutal às políticas através da Lava Jato, e depois nós tivemos um golpe de Estado coroado pela eleição de alguém que se apresentava como antipolítico, chamado Jair Bolsonaro, embora não fosse obviamente antipolítico, já que estava há 3 décadas na política. Faz pouco, nós vimos esse roteiro se repetir na Argentina, com um personagem um pouquinho diferente, mas também como antipolítico, alguém que vem de fora pra consertar as coisas que os políticos não consertam, ou não querem consertar. Tanto o Bolsonaro, quanto o Javier Milei que acaba de ser eleito presidente da Argen-

tina, eles tiveram uma grande quantidade de votos junto à classe trabalhadora, junto aos trabalhadores mais fragilizados. Isso não desanima um pouco alguém que observa todo esse quadro através da esperança de uma sociedade mais justa?

Virgínia Fontes: Seguramente pode desanimar alguns, mas ao contrário acaba exigindo muito mais da gente no cotidiano, se for pensar e entender por que e como isso está acontecendo. Acho que essa situação, digamos do voto dos trabalhadores e da juventude, tanto aqui no execrável Bolsonaro, quanto lá no louco Milei, mostram dois problemas. Primeiro de um progressismo que promete muito e infelizmente traz pouca coisa, traz pouca mudança substantiva no protagonismo das grandes massas subalternas dos trabalhadores. Segue aplicando receitas terríveis de corte de direitos, de corte de recursos, ao mesmo tempo em que faz promessas pela esquerda, governa pela direita.

Esse é um problema severo e tem sido analisado por inúmeros autores políticos, de que essa contradição predomina na política já há bastante tempo, de uma fala pela esquerda e de uma atuação pela direita. Isso traz complicadores terríveis, porque não mexe, e aí é minha própria análise, não mexe na relação de classes, não mexe na configuração da cada dia mais estreita conexão entre classes dominantes e Estado, tanto no uso da violência direta, e o caso brasileiro é bastante evidente como o uso da violência direta aumentou constantemente nas últimas décadas. Vemos isso na violência policial, prisões, encarceramentos, assassinatos, e os assassinatos incidem principalmente sobre a juventude preta das periferias, como também no âmbito das formas mais diversas, que a gente pode chamar, segundo Antônio Gramsci, de convencimento, mas é um convencimento muito amplo.

Vou pegar um exemplo que é a atuação burguesa direta dentro do Estado e fora do Estado na área da educação. No caso brasileiro é muito visível a atuação da Fundação Lemann, da Fundação Roberto Marinho, do Instituto Ayrton Senna, do Banco Itaú na educação pública, rebaixando a qualidade da educação pública e gerando, tendo como objetivo gerar trabalhadores absolutamente sem direitos, preparados para serem resilientes entre aspas às maiores catástrofes no cotidiano, sem férias, sem direito a licença saúde, sem direito a nada.

Esse predomínio da atuação burguesa no Estado e na política, porque a política não se limita ao âmbito institucional dos partidos oficiais, a política atravessa o conjunto da nossa vida em sociedades de classe, pra esse predomínio burguês, ele costuma ser minorado pelos governos progressistas, mas não é efetivamente enfrentado.

Por dois lados a emergência dessas forças de extrema direita são forças ou fascistas ou pró-fascistas, são realmente muito inquietantes. O primeiro lado, é de que o aspecto da violência que já é enorme e substantivo, transborda pro conjunto do cotidiano da vida social. A gente viu isso com Bolsonaro, o armar a classe média e armar os setores empresariais, e abrir totalmente mão de qualquer controle sobre a posse de armas, e pra que serve essa posse de armas? Exatamente pra enfrentar movimentos populares que eventualmente venham a se declarar, e no caso aqui do Brasil era óbvio que era uma repetição, uma retomada da UDR, que era aquela liga brutal de proprietários rurais que hoje em dia se protege, se abriga na bancada do boi e da bala. Agora, por exemplo, uma

das primeiras medidas do Milei na Argentina é punir quem faz manifestação de rua e principalmente quem eventualmente venha trancar uma rua, um protesto, enfim, com uma punição, com retirada de direitos. Ou seja, já é um passo adiante em relação ao que está se falando sobre essa violência, agora o Estado exercendo a violência de uma forma ainda mais explícita.

Lá eles estão com uma vice-presidenta e uma ministra de Interior se eu não me engano, ou da Defesa, que são absolutamente brutais, são duas mulheres absolutamente brutais, e que tem nostalgia da ditadura argentina, que foi aquela que assassinou mais de 30.000 pessoas, que torturou e desapareceu com milhares de pessoas e até hoje se encontram netos sequestrados de militantes que foram mortos e tiveram seus filhos entregues. Então o que eu vinha falando era que de um lado a violência sobe instantaneamente, uma violência que tende a se disseminar pra além dos limites das forças armadas militares e policiais. No caso brasileiro isso aconteceu através de escolas cívico-militares, através das milícias, e afinal de contas o governo aqui era completamente envolvido pelas milícias, e pela própria atuação desregrada de polícias as mais diversas.

No caso argentino, a gente ainda não assistiu essas cenas abertamente, embora já tenha a legislação pra endurecer a proibição a manifestações, mas a primeira chamada do Mauricio Macri, o ex-presidente da Argentina, de direita que está completamente aliado com Javier Milei, foi de iniciar uma espécie de convocação de juventude para a atuação brutal nas ruas. Então a gente vai ter de ver com certeza a Argentina em características diferentes do Brasil, e a gente espera que a longa tradição histórica de luta, inclusive de luta nas ruas dos setores subalternos na Argentina, seja capaz de brear esse tipo de iniciativa.

BdFRS: Tu falaste da questão da educação, e dos aparelhos utilizados pra convencer, por exemplo, os trabalhadores que eles não precisam de direitos. E aí a gente viu no governo Temer uma aprovação de uma reforma trabalhista que praticamente não teve uma oposição, teve alguns atos das centrais sindicais, mas não teve povo na rua contestando isso. Hoje tu tens uma gama enorme de trabalhadores terceirizados, trabalhadores terceirizados como está se chamando os trabalhadores de aplicativos, que realmente preferem trabalhar “mais livres” entre aspas, como eles dizem. Me parece que essa extrema direita também nos estudou profundamente, também estudou Antônio Gramsci, e criou seus aparelhos de disputa de hegemonia na sociedade, ou não?

Virgínia: Essa é uma resposta que para eu conseguir responder tudo eu vou ficar aqui o dia todo (risos). Vamos devagar, primeiro a gente não pode esquecer que houve sim manifestações contra o governo Temer, houve manifestações importantes, houve inclusive uma greve geral importante. Porém, não podemos esquecer do volume da repressão que desde 2013 intensificou muitíssimo sobre as manifestações populares, foram processos repressivos muito grandes, isso de um lado. Por outro lado, a gente não pode esquecer, e esse é um problema tanto dos governos liderados pelo PT anteriores, quanto do atual governo Lula, que foi o qual votei, fiz campanha e continuo defendendo o governo, mas é uma característica que atravessa esses governos, que é, eles aparentemente têm medo de organizar massas populares, e de organizar substantivamente, conseguindo

socializar informações, conseguindo montar ou apoiar movimentos sólidos de formação política, e garantir mobilizações populares pra defesa de direitos. Então essa é uma dificuldade enorme, principalmente porque ininterruptamente, isso embora tenha sido acelerado no governo Temer e no governo Bolsonaro, mas desde os anos 1990 os trabalhadores vêm perdendo constantemente direitos, a velocidade e a profundidade do ataque pode se modificar, se modificaram no tempo, mas eles foram perdendo direitos o tempo inteirinho, e sem nenhum suporte informativo, formativo, organizativo, mobilizador, a partir de governos que eram governos desses setores populares.

Isso significa que, ao contrário, a roda giratória do Estado continuou sustentando as atuações empresariais, tanto as violentas quanto as de convencimento, e os aparelhos privados de hegemonia na educação são o exemplo mais gritante, não são o único exemplo, mas são os mais gritantes, porque não se trata apenas de convencer na educação, se trata de introduzir práticas que se apresentam como se fossem da natureza, da própria vida. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que a própria escola, os professores, uma parcela crescente não devem ter vínculo de trabalho. Os alunos muito precocemente devem ser bolsistas ou trabalhadores sem direito das empresas ou das entidades sem fins lucrativos dentro dos aparelhos privados de hegemonia, que estão atuando naquela rede escolar. Temos o caso da DPaschoal, que tem uma entidade chamada Ser DPaschoal, voltada para a educação pública e popular, e que faz um rodízio permanente de trabalhadores sem direitos que entram ali.

Não é só uma questão de convencimento, é uma espécie de formação para a catástrofe no caso da educação, mas também no caso de outras lutas. A luta pela educação é uma luta que não cessou, continua viva no seio dos setores populares e das classes trabalhadoras. Muitas vezes as classes trabalhadoras e os sindicatos esquecem que, ou eles pensam o conjunto da classe trabalhadora, ou nenhuma categoria vai sair bem desse processo, e essa não é uma coisa fácil.

Agora deixa eu tocar só rapidinho que seja nos trabalhadores de aplicativos, essa é uma reivindicação histórica dos trabalhadores, e é uma reivindicação histórica também das mulheres. O despotismo do capital, uma das formas como ele se manifesta, é com horários de trabalho cada dia mais longos, com o controle de entrada e de saída da jornada do trabalho. Agora é o ponto eletrônico, que é um negócio de uma violência enorme, porque cada segundo conta, e com uma intensificação da jornada de trabalho enorme. Isso eu estou falando daqueles que têm contrato, têm carteira, e para as mulheres, por exemplo, sempre foi uma tragédia, porque se tiver alguém doente em casa ela não pode fazer nada, se tiver uma criança com algum problema em casa ela tem de sair e deixar a criança de qualquer jeito.

Então nessa relação de trabalho e do capital, a reivindicação que eles fazem é uma reivindicação que todos nós temos, nós queremos flexibilidade nos horários de trabalho, nós queremos ter dias que nós não podemos trabalhar e isso não deveria nos penalizar, essa é uma reivindicação absolutamente histórica, a gente não pode esquecer. A luta dos trabalhadores não é pra estar cada vez mais subordinado ao capital, com um controle da própria vida que seja total, ao contrário, é de garantir que a gente tenha

cada vez menos controle do capital. É lógico que as direitas estudam a gente, é lógico que os fascistas desde o fascismo clássico vão se lastrear numa fala pela esquerda para fazer uma política de extrema direita. Isso é histórico! O partido nazista se chamava Partido Nacional Socialista não atoa, era pra falsificar uma luta real, e essa é a maneira pela qual as classes dominantes atuam, com relação a todas as lutas das classes trabalhadoras, falsificando as suas reivindicações, e procurando decapitar as suas lideranças mais expressivas.

A gente vai assistir isso na escola, vai assistir isso nos sindicatos de trabalhadores que a gente conhece bem, vai assistir isso aos movimentos fundamentais de luta antirracista, vai ver isso nos movimentos fundamentais de luta feminista, vai ver isso na questão do ambiente. A gente acabou de assistir agora a COP 28 em Dubai, com a participação das petroleiras, a gente não consegue ver o que eles estão fazendo como política, porque muitas vezes se é apresentado como uma circunstância, o país convidou as petroleiras. Não, isso se chama política, isso se chama luta de classe.

Estão fazendo isso na questão ambiental, e tentam fazer isso também na questão indígena, todas as questões que são questões de lutas, legítimas, necessárias e populares, e que nenhuma delas têm solução sob o capitalismo, estão sob o ataque de várias formas, sob várias formas, e uma das formas é a multiplicação de aparelhos privados de hegemonia que agem tentando decapitar essas lutas, capturar uma parcela delas e esterilizar a outra. Então essa é uma questão que a gente não pode deixar de lado, porque a gente precisa enfrentar nas nossas lutas.

BdRS: Estão capturando as próprias pautas, se apropriam das próprias pautas dos movimentos sociais, justamente para estabelecer o controle sobre elas...

Virgínia: Eu vou com mais calma, o que que eu acho? Eu acho que isso se chama luta de classes, e a luta de classes significa que a gente luta no mesmo terreno, e as nossas reivindicações, que nem sempre se tornam pautas das nossas lideranças, estão na luta. Se você pegar os aparelhos privados de hegemonia, vai ver todos eles, grupo de institutos e fundações empresariais, que são somatórios, Instituto Comunitas, ou Instituto Cidadania Empresarial, tem uma enorme quantidade de entidades, vocês vão ver, vale até a pena dar um Google e olhar, todos eles dizem: estamos lutando para transformar o mundo, nós transformamos a vida das pessoas, só não diz como transforma nem para o que, na verdade é uma filantropia que se apresenta de maneira transformadora, diferente da filantropia antiga há um século e meio atrás, que não pretendia transformar nada, ela não dizia transformar nada, ela simplesmente estava minorando o sofrimento.

Eles continuam fazendo a mesma coisa, minorando o sofrimento, mas argumentando que é para mudar alguma coisa. Por que eles mudaram a argumentação? Porque tem mais luta, porque as pautas cresceram, as pautas de luta aumentaram, então eles são obrigados a lidar com essas pautas. Por isso que eu nunca digo que eles capturam as nossas pautas, eles precisam lidar com elas, eles têm medo dessas pautas, e tem de ter medo mesmo, só que às vezes a gente não acredita nas nossas pautas, mas eu acho que a gente precisa acreditar.

BdFRS: Existe uma afirmação que eu nunca vi ninguém contestar, que para todo

o habitante da Terra desfrutar a qualidade de vida, o nível de vida que os norte-americanos têm, que é um modo de vida notável pelo desperdício e pela dissipação dos recursos da natureza, seria necessário termos mais quatro planetas. Se essa premissa é verdadeira, ela coloca o modo de vida dominante, o poder dominante na Terra em xeque? Ou não?

Virgínia: Totalmente, na mosca, desde que começam as discussões sobre a mudança climática, e pra quem é um pouquinho mais velho a gente lembra das discussões sobre o buraco de ozônio, e os primeiros debates sobre desperdício, sobre o volume de lixo, sobre contaminação das águas por plásticos e microplásticos, e depois contaminação das águas doces por agrotóxicos e um volume excessivo de química lançado nos rios e nos solos, a gente sabe que desde o início desse debate, tem dois elementos que a meu ver são fundamentais.

O primeiro: o capitalismo promove uma ruptura da relação sociometabólica entre os seres humanos e a natureza, ruptura que é dramática para os seres sociais, e evidentemente na sequência para o conjunto da natureza tal como a gente conhece agora, e que da qual dependemos para existir. Essa ruptura, portanto, está totalmente ligada à expansão do capitalismo, tanto pelo consumo de energias fósseis, quanto pela produção de lixo, e não é de bens necessários pra vida da maioria da população do planeta. Isso aí por um lado é claríssimo, e na atualidade a segunda coisa que fica claríssima é que não há saída singular para esse problema, a questão do aquecimento global não será resolvida por um país mais rico do que o outro, não há solução, não adianta destruir metade do planeta, porque a destruição da metade do planeta envolve a sua autodestruição.

Então a situação com relação a tragédia do sociometabolismo é equivalente a tragédia da bomba atômica, que foi criada no final da Segunda Guerra Mundial, usada desnecessariamente em 1945 para matar 250.000 civis em Hiroshima e Nagasaki, sem nenhum efeito militar propriamente, a não ser a demonstração de que era capaz de matar, mas que logo em seguida uma bomba cuja utilização significa autodestruição, um joga, o outro joga e acabou todo mundo.

A situação ambiental hoje é essa, não há como sair desse impasse, a não ser internacionalmente, enfrentando internacionalmente. E eu diria até uma terceira conclusão que o próprio IPCC chega, só não luta, mas ele chega a essa conclusão, é de que não estamos no antropoceno meramente, estamos num capitaloceno.

A grande questão é o capitalismo contemporâneo, então a Europa, alguns países europeus e muitos intelectuais, vão falar num programa de decrescimento, faz sentido, mas esse programa de decrescimento teria de ser aplicado para os países centrais, pros Estados Unidos, pra Alemanha, pra França, pros países que mais produziram lixo e catástrofe, e reconstruir formas de produção e reprodução da vida, de maneira gentil, correta, amigável, com as relações sociometabólicas, como faz a agroecologia. Essa é uma experiência riquíssima, e nós podemos ter experiências de energias não fósseis, nós temos a agroecologia mostrando como é possível lidar de maneira completamente diferente com o controle de pragas, com a produção de alimentos, como é possível garantir o que vem se chamando de soberania alimentar, mas não é simplesmente para que eu coma e

o resto fique com fome, é uma soberania compartilhada no cenário internacional, uma soberania popular sobre esses elementos.

É impossível, mas há pelo menos 50 anos todo mundo sabe que é impossível reproduzir a demência que é a sociedade estadunidense em escala internacional. E hoje eu acho que, a não ser os lucros trumpistas e esses defensores dos Estados Unidos alucinados, que vão pra Orlando, que vão para a Disney, eu fico tão impressionada com isso porque me parece tão ridículo, mas que vão pra Orlando considerando aquilo o máximo, mas se torna quase impossível acreditar nisso quando a gente sabe que a sociedade estadunidense expulsa seus doentes sem dinheiro dos hospitais, não têm acompanhamento pros seus velhos, não garante, já pode garantir, mas não garante mais escola de alta qualidade pra suas crianças, está novamente fazendo funis e fazendo escolas duais ou até mesmo triádicas, escolas pobres pra pobres, escolas menos pobres pra mais ou menos médios, escolas riquíssimas pros riquíssimos, e que se recusa totalmente a socializar, menor que seja da imensa riqueza, que essa grande maioria da população gerou.

A sociedade estadunidense hoje é talvez a mais dramática de todas, quando você olha qualquer reportagem, as famílias que moram nos carros, os filmes americanos que saíram do American Way of Life pro mundo da catástrofe, os filmes americanos hoje são o quê? E é a catástrofe que é possível prever e que ninguém quer prever, que é aquele do asteroide que vai cair, que vão lá os cientistas pra dizer: ainda tem tempo, a gente pode tentar breicar, e ninguém acredita, ninguém quer, não tem mais ciência, não tem mais nada, vai todo mundo pro buraco. Então é uma sociedade incapaz de propor o futuro.

BdFRS: É interessante notar, apesar de tudo isso que está sendo dito por ti agora, que o capitalismo conseguiu uma façanha, uma façanha que talvez a igreja não tenha conseguido, que o cristianismo não tenha conseguido, que o capitalismo, a sua retórica assegura que o fracasso é sempre propriedade individual do fracassado. Ou seja, quem fracassa nunca é o sistema, mas sim o indivíduo, algo parecido com que o cristianismo propôs diante do cristão e do pecado. O cristão é sempre responsável pelo pecado, nunca é o cristianismo, mas sim o crente é o responsável pela sua falha, pelos seus problemas, e o fracasso é sempre do sujeito, o sujeito não estava a altura, não fez o esforço suficiente, não era suficientemente capaz e por isso fracassou. Isso é muito forte, não é?

Virgínia: Verdade, você tem toda a razão. Não é só aí que ele teve vitórias, a gente está vivendo um período de crise humana, ambiental, social generalizada, mas o capitalismo está em pé. E quem vem ascendendo como força política do capitalismo são exatamente religiões neopentecostais que reafirmam tanto uma teologia da prosperidade, como uma teologia do domínio, em que de novo esse aspecto do individual, da responsabilidade individual, se coloca na frente das relações históricas, das relações sociais, das condições gerais.

É fato, e essa é uma questão que a gente tem que estar muito atento, porque eu sou comunista, eu sou marxista, eu me considero marxista, tributária de muitas vertentes dentro do marxismo. E no marxismo não se elimina a responsabilidade individual, é sempre importante levar em conta que o marxismo precisa trabalhar com a dimensão

objetiva e subjetiva, por que isso? Porque essas duas dimensões, elas são fundamentais pra gente compreender os processos históricos e a capacidade de resistir ou de enfrentar esses processos históricos. O que acrescenta a essa façanha da responsabilidade individual é uma falsificação, que é importante que seja colocado, uma falsificação dentro do capitalismo e das classes dominantes, que é apresentar os capitalistas milionários como sendo resultado do mérito, quando todos eles, praticamente sem exceção dos mega capitalistas internacionais, são resultado de herança, e heranças que vêm, já teve estudo pra mostrar isso no caso italiano, de 400 anos atrás.

Portanto, não tem mérito nenhum em continuar riquíssimo e aumentar essa riqueza, quando o aumento dessa riqueza significa aumentar a retirada de direitos das classes trabalhadoras pra poder lucrar mais com as classes trabalhadoras, avançar sobre a natureza e destruir, se apropriar do que for possível. A gente tem visto hoje isso com as mineradoras numa proporção impressionante, assim como a devastação feita pela própria agricultura e pecuária, pelos rebanhos gigantescos que destroem a terra, e que vão poluir os rios, essas granjas, e os agrotóxicos.

A gente assiste um fenômeno que é uma falsificação do mérito, porque de fato a capacidade de trabalho e o tempo de trabalho despendido e a qualidade de trabalho despendido pelos trabalhadores, simplesmente é a cada dia pior remunerada. Eu acho que tem uma discussão sobre as religiões que é muito importante... Tem uma discussão a fazer sobre nós mesmos em alguns momentos, sobre a nossa dificuldade de pensar que o marxismo nunca foi uma filantropia. O marxismo é uma luta, é uma luta consciente, portanto subjetivamente engajada, em que as individualidades são convocadas, mas não são convocadas só enquanto individualidade, porque elas precisam pensar nelas dentro de um conjunto mais extenso, o que as religiões e o capitalismo procuram apagar.

BdFRS: Olhando pra tudo isso que tu falaste que está acontecendo no Brasil e no mundo, é possível dizer feliz ano novo?

Virgínia: É possível e é necessário! É possível porque a gente já está tão acostumado que a gente vai dizer isso mesmo no meio da mais sombria catástrofe. É possível e é necessário, não porque o ano seja feliz, mas pra que a gente tenha gás e energia pra poder enfrentar as dificuldades que nós temos, que não são pequenas. Eu brinco há muitos anos que é preciso festejar os momentos de festa, porque eles recarregam as nossas baterias pra aguentar o tranco do dia seguinte, ou do dia depois da ressaca, porque o afeto, o encontro, o abraço, é uma coisa maravilhosa. Festas de fim de ano são muito boas quando a gente consegue simultaneamente abraçar, rir, brindar, criticar, ter clareza do que está criticando e seguir adiante com os nossos amigos, companheiros e camaradas na luta. *



MESAS 2 E 3

**DO PLANEJAMENTO
À AÇÃO: MÃO NA MASSA
NA COMUNICAÇÃO DA
CLASSE TRABALHADORA**

COMUNICAÇÃO POPULAR
QUEM FAZ

Sejam bem vindos ao mundo de uma comunicação fácil, com representatividade e inclusão

A importância fundamental da comunicação popular como ferramenta de transformação social.

Oi, sou Simone Lauar, mulher preta, quarenta mais, militante dos direitos humanos, comunicadora popular e fundadora do *Jornal Coletivo Garotas da Maré*. Um jornal online criado e feito por mulheres negras do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

Prontos para conhecer o impacto de quando a narrativa volta para as mãos de quem a vive?

Pra entender o que é comunicação popular, é bem simples. É a comunicação que tem o povo como protagonista. Tanto como comunicador quanto destinatário.

Não é um tipo qualquer de mídia de massa, é uma forma de expressão das lutas do dia a dia, por melhores condições e reivindicar políticas de base pela narrativa dos moradores das favelas.

Mostrar que favela é um local cheio de cultura e histórias interessantes.

LHE CONVIDO A CONHECER O NOSSO JORNAL - O GAROTAS DA MARÉ!

O *Jornal Coletivo Garotas da Maré* nasceu com uma missão clara: falar da favela para o mundo e do mundo para a favela.

Quem Faz:

Criado e mantido por mulheres negras, mareenses, que usam a comunicação como ferramenta de luta e subsistência.

Como Faz:

Com recursos limitados, a produção é feita majoritariamente usando apenas um smartphone e cabeças pensantes, provando que a paixão e a necessidade podem superar a falta de grandes recursos.

O Foco:

O jornal busca “mostrar o lado bom do Complexo de Favelas da Maré e não todos os males que vemos na mídia brasileira,” ao mesmo tempo que aborda temas cruciais:

- Política e Meio Ambiente
- Feminismo e LGBTQIAP+
- História, Música e Entretenimento
- A ancestralidade preta (Projeto “Nossa História Tem Mais Cor”)

PROTAGONISMO FEMININO

O coletivo Garotas da Maré demonstra que a comunicação popular é ligada à luta de grupos historicamente marginalizados. Quem melhor para falar sobre as necessidades das mulheres negras da favela do que as próprias?

A COMUNICAÇÃO POPULAR CONSTRUINDO PONTES

A Comunicação Popular se sustenta em princípios que a diferenciam da grande mídia e a tornam viva para a transformação social:

O processo é dialógico e participação. O receptor é, muitas vezes, o próprio emissor. A equipe do Garotas da Maré, por exemplo, é composta por moradoras que vivem o que escrevem, garantindo a autenticidade e principalmente a voz de dentro.

Credibilidade e Ética:

Há uma busca incessante pela informação correta, relevante e ética, focada na realidade do território. Um exemplo disso foi a parceria estabelecida com a Fiocruz durante a pandemia para verificar e validar as diretrizes de informação sobre a COVID-19 em meio de tanta fake News que assombrava a todos naquela época.

Coletivo:

A propriedade e a gestão do veículo são da comunidade, sem fins lucrativos. O termo “jornal coletivo” reforça o pertencimento e a co-responsabilidade na produção do conteúdo. A comunicação não é apenas sobre informar, mas sobre gerar mudança social, mobilização e construção de novas possibilidades. Isso se manifesta na divulgação constante de coletivos e ações positivas que atuam na Maré.

OS DIVERSOS OBSTÁCULOS

Fazer comunicação popular e comunitária tem que ser apaixonado pelo seu território e por informar, pois enfrenta grandes desafios:

Sustentabilidade Financeira:

A natureza não-lucrativa dos veículos e a mão de obra voluntária tornam a manutenção difícil. A busca por financiamento, doações e parcerias é constante.

Infraestrutura:

A instabilidade da internet na favela e a falta de equipamentos adequados são barreiras diárias para a produção, que precisa ser superada com criatividade, paciência e persistência.

Segurança:

A atuação em um território que está constantemente em conflito, coloca jornalistas populares em risco, especialmente ao cobrir questões sensíveis de segurança pública e direitos humanos.

Visibilidade e Reconhecimento:

Há uma luta constante por ser reconhecido como fonte de credibilidade, muitas vezes marginalizada pela mídia tradicional e por órgãos públicos.

O LEGADO E FUTURO

O legado de iniciativas como o Garotas da Maré é a prova de que é possível reconstruir a narrativa e promover novas possibilidades a partir de dentro.

O futuro passa por:

- Apoiar a formação de novos comunicadores populares
- Garantir a sustentabilidade dos veículos existentes
- Ampliar a articulação em rede com outras mídias alternativas.

A COMUNICAÇÃO É NOSSA!

Minha experiência com o Jornal Coletivo Garotas da Maré não é apenas uma parte bacana da história do jornalístico de favela, mas um manifesto, um grito daqueles que a sociedade insiste em excluir.

Ela é:

Essencial:

Para a garantia de direitos humanos e a luta por uma sociedade menos injusta.

Empoderadora:

Ao dar voz, dignidade e visibilidade a quem sempre esteve à margem.

Transformadora:

Ao gerar ações concretas de impacto social, como o “Mentes da Maré”.

A comunicação popular é, em última instância, a realização do direito à comunicação, um pilar fundamental da democracia.

O QUE VOCÊ PODE FAZER PARA APOIAR ESTA LUTA

Consuma:

Siga e leia o Garotas da Maré e outros veículos de comunicação popular.

Compartilhe:

Divulgue as pautas positivas e as ações desses coletivos.

Apoie:

Contribua financeiramente ou com recursos (equipamentos, voluntariado) quando possível.

Chamado Final:

Se você faz parte de um território, lembre-se: Sua história tem mais cor! É importante! É ancestral! Não espere que a grande mídia te conte. Use seu celular, sua voz e sua rede para construir a sua própria narrativa.

A COMUNICAÇÃO POPULAR, É UMA FERRAMENTA DE CUIDADO!

Mentes da Maré: Saúde Mental em Pauta

Um dos exemplos mais impactantes do poder da comunicação e da mobilização do coletivo é a iniciativa Mentes da Maré.

Contexto:

Com a chegada da pandemia de COVID-19, a situação de famílias inteiras, com a renda reduzida ou zerada, levou a um agravamento severo da saúde mental na comunidade, resultando em altos índices de depressão, ansiedade e pânico.

Ação e o Impacto:

O coletivo agiu de forma proativa e articulou uma ação que oferece tratamento psicológico e psiquiátrico gratuito aos moradores da Maré, contando com a ajuda de profissionais voluntários. O jornal e suas redes sociais tornaram-se o veículo principal para divulgar a iniciativa, conectar a população aos profissionais de saúde e quebrar o estigma em torno da saúde mental dentro da favela.

Reflexão:

A comunicação popular não é só informar; é cuidar. Ela identifica a dor e age com a solução, provando seu valor além do jornalismo tradicional. Essa é a nossa diferença. ✱

Comunicação popular: Radiodifusão comunitária, educativa, pública e comercial

GEREMIAS DOS SANTOS - ABRAÇO

Neste trabalho vamos abordar em números a realidade da radiodifusão comunitária, educativa, pública e comercial e apresentar as nossas propostas para a mídia alternativa, comunitária e popular. O Brasil possui 5.571 municípios, dos quais quase 70% são municípios com população de 1 até 20 mil habitantes.

1. REALIDADE DAS OUTORGAS DE RÁDIO E TV NO BRASIL

- Rádio e TV - 32.479 sendo 4.951 municípios com outorgas e 621 municípios sem outorgas. Total de Rádio: 11.011 outorgas em 4.425 municípios. Total de TV: 21.589 outorgas em 3.865 municípios, sendo:
- Comercial: 21.247 outorgas em 4.073 municípios
- Educativas: 1.386 outorgas em 726 municípios
- Públicas: 3.752 outorgas em 1.888 municípios
- Rádio Comunitária: 5.307 autorizações em 4.201 municípios
- População beneficiada: 187 milhões.
- Retransmissora de Rádio na região da Amazônia Legal – RTRs (Lei 13.649/18).
- Na Amazônia Legal já há 561 RTRs em 260 municípios.
- Lei 14.812/24 é uma afronta à nossa democracia e Constituição Federal (os artigos que tratam da comunicação social até hoje não foram regulamentados), quando aumentou o número de 6 para 20 emissoras de rádios para grupos econômicos e de 10 TVs para 20. Essa lei alterou o Decreto-Lei 236/67 que regulamentou o Código Brasileiro de Telecomunicações aprovado em novembro de 1962.

2. RÁDIO DIGITAL NO BRASIL: QUAL PADRÃO SERÁ INSTALADO? DRM X IBOC?

3. PESQUISA DA KANTAR IBOPE MEDIA - ABRIL A JUNHO 2022

- O Rádio é ouvido por 83% da população
- 3 a cada 5 ouvintes escutam rádios todos os dias
- Cada ouvinte passa 3h 58 escutando rádio por dia
- 3 motivos para ouvir rádio
- 49% ouvir música
- 43% me faz companhia
- 31% notícias de forma rápida

4. A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO PRECISA SER VALORIZADA:

1. Concurso público urgente;
2. 1 canal de TV Brasil e 1 rádio nacional nas capitais e nas grandes cidades
3. Parcerias de conteúdos com as rádios comunitárias pela sua capilaridade (mais de 5 mil em mais de 4.100 municípios)
4. 10% da verba pública de mídia para financiar a EBC e a mídia alternativa e comunitária. A verba pública de mídia do ano passado +- de 600 milhões de reais.
5. Estimular a formação, capacitação e treinamento de comunicadores populares e radialistas, para impulsionar o desenvolvimento das rádios comunitárias, da comunicação alternativa, da comunicação comunitária e popular.
6. Formação de Rede Popular de Comunicação envolvendo os blogs progressistas, comunicadores populares, rádios comunitárias, rádios webs, jornais comunitários, jornais sindicais, sites progressistas.
7. Regulação da Mídia, conforme previsão na Constituição Federal (Art. 220, 221, 223 e 54).
 - O artigo 220, define que não pode haver monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica. Hoje, no entanto, uma única emissora controla cerca de 70% do mercado de TV aberta;
 - O artigo 221, define que as produções regionais e independentes devem ser regionalizadas atendendo critérios cultural, artístico e jornalístico. No entanto, mais de 90% de toda produção de TV no país é feita no eixo Rio-São Paulo pelas próprias emissoras de radiodifusão, e não por produtoras independentes;
 - O artigo 223, define que o sistema de comunicação no país deve respeitar a complementaridade entre os setores de comunicação pública, privada e estatal. No entanto, a imensa maioria do espectro de radiodifusão é ocupada por canais privados
 - Com fins lucrativos. Ao mesmo tempo, mais de 5.000 rádios comunitárias autorizadas no país são proibidas de operar com potência superior a 25 watts, enquanto algumas rádios comerciais chegam a operar em potências superiores 100.000 watts;
 - O artigo 54, determina que deputados e senadores não podem ser donos de concessionárias de serviço público. Na prática, várias famílias de políticos detêm outorgas de rádios e TVs.

8. Convocação da 2ª Confecom - Conferência Nacional de Comunicação.
9. SECOM publicar novas portarias contemplando o Ministério da Educação, Saúde, MDS, Mulheres, Direitos Humanos para parcerias com as Radcoms.
10. Alteração do Decreto 2.615/98 que regulamentou a lei federal 9.612/98 e limita a potência da rádio comunitária a um raio de 1 km, apesar da lei falar somente em potência de 25 watts e torre de 30 metros de altura.
11. Verba de mídia da Petrobras, Petrobras Cultural, Banco do Brasil, CEF, BNDES e outras estatais para as rádios comunitárias.
12. Criação de um Fundo de Apoio e Desenvolvimento para as Rádios e TVs Comunitárias, mídia alternativa e popular.
13. Criação do Fundo de Fomento Cultural para Mídias Comunitárias, com no mínimo 1% dos recursos que virão das Empresas Estatais e Órgãos Públicos.
14. Plano Safra para Florescer Programas nas Rádios e TVs Comunitárias, capaz de gerar ainda este ano 150 mil empregos na comunicação comunitária, popular e alternativa.
15. Criação do “Programa BNDES fortalece a mídia comunitária”, que irá fortalecer as rádios comunitárias e outras mídias nos 5.571 municípios com capacitação e formação de adolescentes, jovens e adultos na área da comunicação comunitária, social, popular e digital.
16. Apreciação dos mais de 40 projetos de lei que tratam de rádios comunitárias que estão parados no Congresso Nacional.
17. Tarefa para todos e todas: o Ministério das Comunicações vai lançar o último edital para rádios comunitárias do Plano Nacional de Outorga no governo Lula que vai contemplar mais de mil e 200 municípios, porque nós do movimento sindical e popular não assumimos essas emissoras nessas cidades?
18. Queremos editais específicos para rádios comunitárias nas comunidades indígenas e quilombolas

Esta é a minha contribuição para este importante Curso de Formação do NPC.

Obrigado! ✱





“UNION”, SOBRE A LUTA DOS TRABALHADORES DA AMAZON NOS EUA

UNION



Union

Em abril de 2022, um grupo de trabalhadores fez história ao vencer a eleição e conquistar o primeiro local de trabalho sindicalizado da Amazon nos EUA. Tida como a mais importante vitória trabalhista desde a década de 1930, o documentário capta a campanha popular do Sindicato dos Trabalhadores da Amazon para sindicalizar milhares de colegas de trabalho desde o primeiro dia. Enfrentando uma superpotência corporativa e com poucas proteções legais para os trabalhadores, todas as probabilidades estão contra o Sindicato. No entanto, eles permanecem inabaláveis em suas crenças na ação coletiva, na dignidade e no poder da classe trabalhadora.

Classificação indicativa: 12 anos (UA, 2024, 104’)

Direção: Brett Story, Stephen Maing

Produção: Brett Story, Stephen Maing, Samantha Curley, Mars Verrone, Martin DiCicco

Fotografia: Martin DiCicco, Stephen Maing

Edição: Blair McLendon, Malika Zouhali-Worrall, Stephen Maing

<https://ecofalante.org.br/filme/union> *

Começa um novo capítulo para os trabalhadores do Amazon

POR ALEX N. PRESS - TRADUÇÃO CAUÊ SEIGNEMARTIN AMENI - 04/04/2022

Em: <https://jacobin.com.br/2022/04/comeca-um-novo-capitulo-para-os-trabalhadores-do-amazon/>

A vitória dos trabalhadores da Amazon representa uma verdadeira história de David contra Golias: um sindicato independente acaba de nocautear uma das empresas mais poderosas do mundo.

Em uma virada sem paralelo na história pós-Reagan do movimento trabalhista acaba de acontecer: os trabalhadores dos armazéns da Amazon nos Estados Unidos conquistaram o reconhecimento de um sindicato pela primeira vez. A votação supervisionada do National Labor Relations Board (NLRB) no JFK 8, um centro de atendimento em Staten Island, foi de 2.654 a favor da Amazon Labor Union (ALU) e 2.131 contra, em uma instalação com 8.325 eleitores. As sessenta e sete cédulas impugnadas e onze nulas não foram determinantes, dada a margem de vitória do sindicato.

A contagem de votos começou, incrivelmente, no mesmo dia da reeleição em Bessemer, Alabama, onde o Retail, Wholesale and Department Store Union (RWDSU) ganhou terreno significativo. Lá, a contagem é de 875 votos a favor da sindicalização e 993 votos contra, mas com 416 cédulas contestadas, o resultado é muito próximo e dependerá da adjudicação dessas cédulas pelo NLRB em algum momento nas próximas semanas. “Cada voto deve ser contado”, disse o presidente da RWDSU, Stuart Appelbaum, em comunicado ontem. “Os trabalhadores da Amazon enfrentaram uma luta desnecessariamente longa e agressiva para sindicalizar seu local de trabalho, com a Amazon fazendo tudo o que podia para espalhar desinformação.”

É difícil não ver todos os obstáculos que os trabalhadores de Nova York e Alabama enfrentaram para chegar tão longe. Além da taxa de rotatividade desordenadamente alta da Amazon, ameaças contra a construção de uma organização no chão de fábrica, do-

cumentos do Departamento de Trabalho divulgados ontem mostram que a Amazon gastou US\$4,3 milhões em consultores que quebram sindicatos, uma quantia surpreendente para qualquer empresa. Normalmente, até as megacorporações levam anos para acumular esse tipo de conta com os especialistas profissionais anti-sindicais. Muitos dos consultores que lideravam reuniões de audiência estavam na verdade travando uma guerra da Amazon contra a organização – e recebiam US\$3.200 por dia.

Em Staten Island, os trabalhadores disseram que os sindicalistas eram uma presença regular no JFK 8. Eles escreveram os roteiros das reuniões e moldaram as mensagens antissindicais que cobriam os banheiros e corredores do armazém, que também eram enviadas aos trabalhadores por meio de correspondências, anúncios no Instagram, telefonemas, mensagens de texto e vídeos projetados em telas dentro do instalação. A ALU, por sua vez, é clara quanto às demandas dos trabalhadores: salário mínimo de US\$30 por hora, aumento das folgas e dias de férias remunerados, pausas remuneradas durante o dia, representação sindical em quaisquer reuniões disciplinares e maior apoio aos cuidados infantis.

Embora seja certamente mais fácil organizar um sindicato em Nova York do que no Alabama, os líderes do movimento sindical enfrentaram nada menos do que prisões, com a polícia levando o presidente da ALU, Christian Smalls, juntamente com os trabalhadores Brett Daniels e Jason Anthony, sob custódia em 23 de fevereiro deste ano, depois que a Amazon chamou a polícia por causa de uma suposta invasão. A julgar pelo resultado da votação, esses esforços saíram pela culatra, fazendo a Amazon parecer mais repressiva e hipócrita do que nunca perante os olhos dos trabalhadores.

O esforço no JFK 8 também é notável por outro motivo. A ALU é independente e não filiada a nenhum sindicato existente. Smalls, o fundador do sindicato, também é único. Ele foi lançado pela primeira vez na organização trabalhista quando, nos primeiros dias da pandemia, ajudou a organizar um protesto do lado de fora do JFK 8 em resposta ao que considerou medidas inadequadas de saúde e segurança tomadas pela Amazon enquanto a COVID-19 assolava a cidade. Em resposta, a empresa o demitiu e gravações vazadas revelaram que os altos escalões da Amazon haviam elaborado uma campanha de difamação contra ele, com o conselheiro geral da Amazon, David Zapolsky, descrevendo Smalls como “não inteligente ou articulado” em uma reunião com Jeff Bezos.

Essa caracterização irritou Smalls, que há muito observa a falta de funcionários negros em cargos gerenciais de baixo escalão na Amazon – ele próprio teve promoções negadas por anos – como evidência de que o racismo está embutido na empresa. Isso o levou, como ele me disse durante o verão, a tentar “fazê-los engolir essas palavras”. Tratava-se de alguém demitido de maneira pessoal e publicamente, que transformou o ressentimento que sentia pelo que seu empregador fez com ele e o direcionou para revidar. À luz da vitória, vale a pena citar a longa explicação de Smalls sobre como ele deu sentido à sua transformação de não ativista em militante, alguém determinado a organizar o JFK 8: É engraçado porque eu digo isso o tempo todo: a Amazon me preparou para isso. Mesmo não sendo um gerente, eu estava fazendo o trabalho de um gerente nos últimos quatro anos e meio. Os princípios de lideran-

ça que eu tinha na Amazon tornaram mais fácil a minha transição para o ativismo.

Estou usando muitos dos princípios que aprendi na Amazon contra eles. O meu favorito é “ter uma espinha dorsal e comprometer-se”. Eles odiavam o fato de eu usar isso o tempo todo. Mas é provavelmente por isso que nunca fui promovido: eu tinha uma espinha dorsal, defendi o que achava certo e estou me comprometendo a ver a mudança. Outro princípio é “ver, possuir, consertar”, que provavelmente é um dos meus princípios – eu vi os problemas, admiti e agora estou tentando corrigi-los.

Ironicamente, quando eles planejaram me difamar, eles disseram que queriam me fazer a face pública do esforço sindical – essas foram as palavras deles. Então, de certa forma, estou tentando fazê-los engolir essas palavras. Não tenho mais nada para fazer. Ainda estou desempregado – não consigo arranjar emprego em lugar nenhum. Este é o meu trabalho em tempo integral e, desta vez, estou em uma equipe diferente.

Na primavera de 2021, Smalls começou a organizar seus ex-colegas de trabalho estabelecendo uma base em um ponto de ônibus nos arredores do JFK 8, onde muitos dos trabalhadores do armazém passavam a caminho das instalações. Logo, outros empregados no JFK 8 se juntaram ao esforço: Derrick Palmer, por exemplo, que foi anteriormente supervisionado por Smalls no JFK 8 e que trabalha na Amazon há seis anos. O grupo organizou churrascos, distribuiu literatura, espalhou sua mensagem em aplicativos de rede social como o TikTok e construiu um comitê organizador dentro das instalações.

A Amazon manteve um fluxo constante de propaganda contra o esforço, mas a ALU também continuou. Como o *Labor Notes* relatou, o comitê organizador de 25 pessoas rebateu a mensagem da administração, falando sobre as preocupações dos trabalhadores. Agora, eles ganharam o primeiro sindicato da Amazon nos Estados Unidos. Enquanto acontece essa celebração histórica, o sindicato enfrenta outra eleição a partir de 25 de abril no LDJ5, um centro de triagem da Amazônia em Staten Island que emprega aproximadamente 1.500 trabalhadores.

A abordagem da ALU vai contra muito do que passa no senso comum dentro do movimento trabalhista. A ALU tinha poucos funcionários pagos, eles se candidataram a uma eleição com muito menos cartões sindicais do que o recomendado no mundo do trabalho, tinham um advogado contra o exército de especialistas jurídicos da Amazon e não tinham experiência em negociar um contrato. No entanto, a ALU insistiu que isso era uma vantagem, dado o método testado e comprovado dos empregadores do que é chamado de “terceiro partido” de um sindicato, que é quando o chefe pinta um sindicato como uma entidade externa, em vez de apenas composta pelos próprios trabalhadores. Embora isso seja propaganda para livros didáticos e os trabalhadores rotineiramente a contestem, observando que os sindicatos são dirigidos por aqueles que estão no chão de fábrica – explicando que não importa quais falhas os sindicatos existentes possam ter, cabe aos trabalhadores votar nos contratos ou rejeitá-los, eleger comitês de negociação e delegados sindicais — o caráter independente da ALU permitiu que os trabalhadores do JFK 8 evitassem inteiramente o argumento do chefe. Imagens do primeiro dia da contagem de votos do NLRB, no Brooklyn, ressaltaram o caráter de Davi e Golias

na luta entre o sindicato independente e uma das empresas mais poderosas do mundo. Em uma foto, tirada por Lauren Kaori Gurley, da *Vice*, que cobriu a luta da ALU desde o início, os líderes da ALU ficam do lado de fora do prédio do NLRB, abraçados. Em outra, Smalls está sozinho, falando sobre os advogados da Amazon na sala de contagem de votos: “Adoro vê-los se contorcendo. Eles estão bebendo água feito loucos.”

Com esta vitória histórica vem o próximo desafio para a ALU: conquistar o primeiro contrato. Em um comunicado divulgado pela Amazon, a empresa diz que está “decepcionada com o resultado da eleição em Staten Island porque acreditamos que ter um relacionamento direto com a empresa é melhor para nossos funcionários”. “Estamos avaliando nossas opções, incluindo a apresentação de objeções com base na influência inadequada e indevida do NLRB que nós e outros (incluindo a Federação Nacional de Varejo e a Câmara de Comércio dos EUA) testemunhamos nesta eleição”, conclui o comunicado.

Nos Estados Unidos, os empregadores travando a mesa de negociação é a regra – alguns estudos mostram que menos da metade das unidades de negociação alcançam um primeiro contrato dentro de um ano após a sindicalização. A Amazon é a vanguarda do anti-sindicalismo e da ditadura patronal e, portanto, a probabilidade de se envolver nesta resistência é alta. É por isso que travou uma guerra contra esses incipientes esforços sindicais: a Amazon sabe tão bem quanto os trabalhadores que, uma vez que os funcionários de um local se organizam, abre um precedente e inspira os trabalhadores de outros lugares. Afinal, basta olhar para o que está acontecendo no Starbucks.

O movimento sindical mais amplo precisará calibrar suas suposições sobre a organização da Amazon, dada a vitória da ALU, além de oferecer solidariedade aos trabalhadores à medida que avançam na luta por um primeiro contrato. A distância e as tensões entre a ALU e outros sindicatos são reais e não desaparecerão da noite para o dia. Mas será necessária a total cooperação do movimento trabalhista para espalhar a vitória da ALU para as centenas de instalações da Amazon nos EUA – e no mundo. A empresa emprega mais de um milhão de pessoas em todo o país – isso sem contar os motoristas e outros trabalhadores empregados indiretamente por meio de terceiros – e esse número só está aumentando à medida que a Amazon, atualmente o segundo maior empregador privado do país, envolve uma crescente parte da economia.

A Amazon é um império, com operações extensas que exercem influência sobre os trabalhadores de inúmeras indústrias. Ela tem muitos braços: Whole Foods, onde a Amazon monitora agressivamente a potencial organização e onde há esforços iniciais de sindicalização; Amazon Fresh, onde os trabalhadores em Seattle já começaram a se organizar; as legiões de trabalhadores de colarinho branco da Amazon, alguns dos quais foram demitidos por sua organização e que têm uma série de problemas no local de trabalho, mesmo que suas condições estejam a um mundo de distância das do JFK 8; a força de trabalho que faz entrega, cujo salário é muito inferior ao de seus colegas sindicalizados na UPS e cuja própria existência mina os padrões desse setor. Esses esforços de organização nos armazéns da Amazon são importantes para todos nós, sobretudo por existir dentro de um sistema de vigilância e controle em expansão iniciado pela

Amazon. A vitória no JFK 8 está a apenas um pé da porta. Mas quase todo mundo disse que os trabalhadores não conseguiriam chegar tão longe, que essas campanhas não dariam em nada, que a Amazon era grande demais para ser enfrentada até que o movimento trabalhista estivesse muito, muito mais forte. Essas considerações não eram infundadas, mas também não eram totalmente corretas. Enquanto a Amazon existir, ela deve ser organizada. Não há como contornar isso, e há trabalhadores assumindo essa tarefa. Agora é a hora de aprender com eles. É crucial para a luta de classe que eles tenham sucesso. ✱

Alex N. Press é redatora da equipe da Jacobin. Seus textos são publicados no Washington Post, Vox, the Nation, n + 1, entre outros lugares.

Os desafios para a organização sindical dos trabalhadores terceirizados e dos trabalhadores autônomos

POR ANTONIO CARLOS CORDEIRO*

Para garantir a proteção adequada aos trabalhadores terceirizados e aos trabalhadores autônomos é preciso incluí-los na representação sindical dos sindicatos que atuam nas principais atividades econômicas, pois atualmente esses trabalhadores são invisíveis para o movimento sindical

A reforma trabalhista e a crise econômica aprofundaram o desemprego, a informalidade e o trabalho precário, sendo que as novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras estão sendo contratadas em condições que não lhes dá acesso a direitos trabalhistas conquistados pelo movimento sindical em muitas décadas de lutas. Temos mais de 14 milhões de desempregados e dezenas de milhões de trabalhadores na economia informal sem qualquer direito trabalhista ou no trabalho precário com direitos trabalhistas mínimos como é o caso dos trabalhadores terceirizados.

Diante dessa situação, entendemos que o movimento sindical deve tomar iniciativas para representação sindical dos trabalhadores terceirizados e criar uma rede de apoio e solidariedade aos trabalhadores da economia informal, em especial aos trabalhadores autônomos como aqueles que trabalham em aplicativos e os vendedores ambulantes. Para garantir a proteção adequada aos trabalhadores terceirizados e aos trabalhadores autônomos é preciso incluí-los na representação sindical dos sindicatos que atuam nas principais atividades econômicas, pois atualmente esses trabalhadores são invisíveis para o movimento sindical. Os trabalhadores terceirizados em sua maioria são representados por sindicatos fantasmas ou cartoriais sem qualquer tradição de luta na defesa dos seus direitos. E os trabalhadores autônomos em sua ampla maioria não tem nenhuma representação sindical.

Acreditamos que a organização sindical dos trabalhadores terceirizados e dos trabalhadores autônomos deve caminhar junto com um processo de reorganização do movimento sindical em que a defesa dos sindicatos por ramos de atividade seja a base para esse novo modelo de organização sindical que pode ser viabilizado por decisão dos

sindicatos sem necessariamente passar por alterações na legislação sindical, que seria pouco provável nessa conjuntura desfavorável aos trabalhadores que estão perdendo direitos desde o golpe parlamentar de 2016, além das iniciativas do governo e do congresso nacional para enfraquecer os sindicatos.

Nesse sentido a Intersindical Central da Classe Trabalhadora com a finalidade de conhecer melhor a situação desses trabalhadores criou o ***Observatório dos Trabalhadores Terceirizados*** e já tem uma posição favorável à organização sindical por ramo econômico que represente todos os trabalhadores do ramo, incluindo terceirizados e trabalhadores autônomos e outras formas de contratação. Também tem incentivado e apoiado a organização associativa e sindical de trabalhadores autônomos e orientando os sindicatos filiados a Intersindical no sentido de organizar centros de apoio aos trabalhadores autônomos.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

O debate sobre a organização sindical por ramo de atividade econômica foi objeto de deliberação na primeira plenária nacional da CUT, em dezembro de 1985. Na ocasião, chegou a proposta de criação de sete ramos de atividade, sendo eles: a atividade econômica agropecuária; atividade econômica industrial; atividade econômica de comércio e serviços; inativos; atividade dos serviços públicos, atividade econômica dos trabalhadores autônomos urbanos; atividade dos profissionais liberais. Essa plenária também tratou da proposta de ampliação das bases territoriais dos sindicatos para além dos municípios.

No entanto, essa política de organização sindical por ramo de atividade econômica ainda não foi viabilizada e isso ocorreu provavelmente em decorrência da estrutura sindical que mantém até hoje os sindicatos por categorias e a resistência da ampla maioria dos dirigentes sindicais em promoverem a fusão ou incorporação de sindicatos do mesmo ramo de atividade.

Entendemos que esse debate sobre a construção intersindical por ramo de atividade econômica deve levar em consideração as dificuldades para sua implementação e talvez seja o caso de estabelecer medidas de transição que envolvam a unidade dos sindicatos do mesmo ramo de atividade em uma espécie de federação intersindical sem exigências de fusão ou incorporação formal de sindicatos.

No Brasil existe uma enorme contradição entre o sistema de unicidade sindical e a existência de mais de 10 mil sindicatos de trabalhadores. Um dos motivos da existência de milhares de sindicatos foi o processo de dissociação, ou seja, cisão e divisão na própria categoria, que teve como consequência a presença de vários sindicatos no mesmo local de trabalho, o que dificulta a unidade sindical para a defesa de direitos e melhores condições de trabalho. E nesse caso a terceirização foi relevante para a divisão da classe trabalhadora com a criação de sindicatos de trabalhadores terceirizados sem representatividade sindical, sustentados basicamente pela contribuição sindical compulsória.

Outro motivo foi a criação de sindicatos por desmembramento com redução da base territorial. É possível dizer que a disputa das centrais sindicais para atingir o critério de representatividade sindical para obter acesso a contribuição sindical também ajudou a aumentar a fragmentação sindical, com apoio do setor de registro sindical do Ministério do Trabalho que facilitou a criação de novos sindicatos sem observar as exigências da legislação trabalhista ou critérios objetivos de representatividade sindical.

Acreditamos que é possível reverter essa situação de fragmentação sindical a partir de iniciativas concretas e de um processo de regulação e critérios estabelecidos de comum acordo pelas centrais sindicais, utilizando a estrutura de federações e confederações. Cabe lembrar que apesar da existência do critério de unicidade sindical nas organizações sindicais de base, na prática existe pluralismo sindical na cúpula do movimento sindical como as federações, confederações e centrais sindicais.

UNIDADE DOS TRABALHADORES

Assim, consideramos que as federações e/ou confederações sindicais podem unificar os sindicatos por ramos de atividade econômica sem a necessidade de aprovar alguma legislação para essa finalidade, pois é possível constituir federações e confederações de sindicatos por ramo de atividade econômica. A atual unidade de ação das centrais sindicais na defesa dos direitos dos trabalhadores e na resistência dos sindicatos pode abrir caminho para um processo de auto regulação da atividade sindical que garanta a unidade dos trabalhadores e que pode caminhar para uma fusão e incorporação de sindicatos quando a relação intersindical estiver amadurecida e com boa relação de confiança entre os dirigentes e militantes do movimento sindical.

Outro fator que pode ser um incentivo para a fusão e incorporação de sindicatos é o fim da contribuição sindical compulsória, pois sabemos que muitos sindicatos, especialmente os de menor representatividade, sobreviviam basicamente da contribuição sindical. No entanto, essa redução do número de sindicatos ainda não ocorreu, o que com certeza deverá ser um motivo para reflexão.

É possível afirmar que um dos motivos da continuidade desses sindicatos com menor representatividade deve-se ao fato da manutenção da contribuição negocial ou assistencial nos acordos coletivos e a possibilidade de liberação de dirigentes sindicais sem custos para o sindicato, sendo que esses dirigentes acabam assumindo o funcionamento, ainda que precário, dos sindicatos sem funcionários. Outro fator da manutenção desses sindicatos de menor representatividade seria a estabilidade no emprego dos dirigentes sindicais.

É preciso encontrar a unidade dentro da pluralidade em que várias entidades sindicais se unam em torno de uma única entidade. Podemos chamar essa situação como unidade sindical que é diferente de unicidade sindical. Consideramos que deve ser superada a ideia de organização sindical por categoria, que serve apenas para dividir a organização sindical. É necessário pensar a organização sindical no mínimo por ramo econômico, pois a militância sindical não precisa ser vinculada a ideia de categoria sindical por

atividade ou profissão. É preciso encontrar novas formas de unificar os interesses da classe trabalhadora. Cabe lembrar que a liberdade sindical pressupõe o direito dos trabalhadores escolherem como devem ser suas organizações sindicais ou associativas.

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

Pesquisas recentes dizem que em torno de 25% dos trabalhadores da economia formal, com registro em carteira de trabalho, são trabalhadores terceirizados. Eles costumam ser tratados como trabalhadores de segunda classe e são invisíveis para o movimento sindical combativo. O trabalho terceirizado é muito mais precário do que o trabalho realizado pelo trabalhador diretamente contratado pela empregadora, sendo necessário a ampliação dos direitos e condições de trabalho dos terceirizados para reduzir a precarização do trabalho. E os sindicatos tornam-se um importante instrumento de solidariedade entre os trabalhadores terceirizados e os diretamente contratados e que têm melhores condições de resistência à precarização do trabalho.

Os trabalhadores terceirizados são considerados uma espécie de categoria diferenciada, sendo que essa situação deveria ser superada na medida em que os sindicatos deveriam representar todos os trabalhadores de determinada empresa. Por exemplo, o sindicato dos trabalhadores nas Indústrias do ramo químico deveria representar todos os trabalhadores desse ramo, independentemente da forma de contratação desses trabalhadores, sejam eles contratados diretamente pelas empresas, ou como terceirizados ou como trabalhadores autônomos. Essa visão de organização sindical por categoria diferenciada acabou promovendo o fracionamento de sindicatos, sendo comum que numa mesma empresa tenham vários sindicatos representando os trabalhadores daquela empresa.

A terceirização total e irrestrita aprovada pelo congresso nacional em 2017 aprofundou ainda mais a fragmentação sindical e impacta a sindicalização e na unidade sindical. Para reverter essa situação torna-se necessário retomar o debate sobre a construção de sindicatos por ramo econômico e a representação sindical de todos os trabalhadores do ramo independentemente da forma de contratação. O debate que está colocado em termos de organização sindical para incorporar os trabalhadores terceirizados ao movimento sindical seria a construção de organizações sindicais por ramo econômico em que os sindicatos representariam todos os trabalhadores do ramo independentemente da sua forma de contratação, ou seja, os trabalhadores terceirizados seriam representados pelos atuais sindicatos que representam os trabalhadores diretamente contratados pelas empresas.

Nesse caso consideramos que deveria haver um processo de fusão e incorporação de sindicatos do mesmo ramo, sendo que esse processo poderia ser formal ou informal. No caso do processo informal haveria uma unidade entre os sindicatos do ramo formando uma espécie de federação intersindical envolvendo os sindicatos e que teriam uma atuação conjunta nas mobilizações e negociações coletivas do ramo. E quando esses sindicatos acharem necessário poderia haver a formalização da fusão e/ou incorpora-

ção dos sindicatos. A representação sindical dos trabalhadores terceirizados pelos sindicatos que representam os trabalhadores diretamente contratados pelas empresas do ramo de atividade econômica levaria a contratação coletiva diferenciada quando não for possível estender os direitos da convenção coletiva da categoria preponderante aos trabalhadores terceirizados. E nesse caso da contratação coletiva diferenciada deveria haver o objetivo de ampliação dos direitos dos trabalhadores terceirizados até chegarem próximos ou similares aos direitos previstos na convenção coletiva da categoria preponderante. Essa política poderia diminuir a terceirização, pois os direitos e salários entre terceirizados e empregados diretamente contratados pelas empresas seriam parecidos, o que desestimularia a terceirização cuja finalidade principal é a redução de salários e direitos.

A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS

A representação sindical dos trabalhadores autônomos também poderia ser feita pelo sindicato preponderante do mesmo ramo econômico, especialmente em relação aos trabalhadores autônomos contratados para fraudar a regra do vínculo de emprego, que na realidade deveriam ser empregados com direitos trabalhistas previstos na legislação e nas convenções e contratos coletivos de trabalho. Temos como exemplo os trabalhadores em aplicativos que deveriam ser empregados com direitos trabalhistas, mas que são considerados trabalhadores autônomos. O número de trabalhadores por conta própria é próximo a 25 milhões de trabalhadores, conforme dados que fazem parte da pesquisa por amostra de domicílios (Pnad) divulgada pelo IBGE em agosto deste ano de 2021.

Em relação aos trabalhadores autônomos que trabalham por conta própria é necessário incentivar a organização sindical e associativa, além da criação de cooperativas populares, democráticas e solidárias. A ideia de organização sindical do ramo dos trabalhadores autônomos urbanos não tem nenhum impedimento na legislação trabalhista e sindical, sendo que sua efetividade depende exclusivamente dos trabalhadores e seus sindicatos, associações ou cooperativas vinculadas à ideia de economia solidária.

As centrais sindicais poderiam criar de forma unitária o ramo de atividade dos trabalhadores autônomos urbanos organizados por federações estaduais ou regionais e confederação nacional. Cabe lembrar que a organização sindical dos trabalhadores autônomos está prevista na CLT. No entanto, o número de sindicatos de trabalhadores autônomos ainda é bastante reduzido, o que demonstra que o movimento sindical não tem políticas para incentivar a organização desses trabalhadores em sindicatos, federações e confederações.

Outra questão importante na organização sindical dos trabalhadores autônomos é a proposta de organização sindical por local de moradia, onde é mais fácil organizar a luta desses trabalhadores por direitos públicos essenciais como saúde, educação, habitação, trabalho decente e incentivar o cooperativismo de perfil popular entre os trabalhadores e a população. Esses sindicatos por local de moradia podem ser iniciativas

de caráter intersindical em que vários sindicatos estejam presentes com espaço para desenvolverem atividades de solidariedade e organizar a luta por direitos. Também é importante a luta para garantir estatuto próprio com regras e direitos específicos para os trabalhadores autônomos, sendo que esses estatutos podem ser viabilizados nos municípios, nos Estados e a nível federal.

*Texto: ANTONIO CARLOS CORDEIRO,
diretor do sindicato dos bancários de São Paulo, Osasco e região.
Membro da Direção Nacional da Intersindical Central da Classe Trabalhadora
Fonte: Observatório dos Trabalhadores Terceirizados*

DO 3º CONGRESSO DA INTERSINDICAL CENTRAL DA CLASSE TRABALHADORA

36. Atualmente, 40% dos trabalhadores do país são informais e autônomos, desses mais da metade, aproximadamente 20 milhões, relatam viver de “bicos”, ou seja, não possuem nenhuma atividade laboral regular, CNPJ ou recolhimento do INSS. É tarefa do movimento sindical e popular atuar em diferentes frentes para garantir a redução da informalidade por meio da ampliação de postos de trabalho, redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, fomento à Economia Solidária, formas autogestionárias e cooperativas de trabalho que permitam remuneração decente, direitos e garantias sociais. Além disso, é necessário lutar no âmbito municipal, pela garantia de trabalho de ambulantes, que sofrem com a repressão sobre seu trabalho, apreensão de mercadorias e com o processo de gentrificação dos espaços urbanos centrais.
37. Os/as trabalhadores/as por plataformas de aplicativo no Brasil ultrapassam 10 milhões de pessoas, sendo que 1,4 milhão estão alocados no setor de transporte de passageiros e mercadorias. Não dispendo de cobertura da legislação trabalhista e seguridade social, estão expostos a níveis absurdos de exploração por parte das empresas proprietárias destas plataformas. A agenda sindical deve considerar a luta pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas destas categorias respeitando as especificidades que estes trabalhadores têm em relação aos assalariados tradicionais. É ainda necessário estabelecer um sistema de regulamentação que imponha limites à exploração do trabalho, tanto em termos de jornada quanto na taxa retida de empresa por cada trabalho desenvolvido por meio dos aplicativos. ✱

DISPUTA DE IDEIAS NO NEOLIBERALISMO



A comunicação mudou mas os donos da mídia são os mesmos de sempre

POR CLAUDIA SANTIAGO

Ao longo da história as inovações na comunicação produziram mudanças no mundo das ideias, nos modos de vida, na cultura dos povos. No atual estágio do capitalismo, hegemonicamente digitalizado e financeirizado, não é diferente. As mesmas inovações que fazem girar as gigantes da tecnologia provocando mudanças no mundo da comunicação provocam mudanças no mundo da produção e, conseqüentemente, no mundo do trabalho. As mudanças no mundo do trabalho alteram as formas de organização da classe trabalhadora e a disputa contra-hegemônica. O modo de produção capitalista define, e é também definido, pela capacidade das classes dominantes de difundir e consolidar desejos, valores, formas de associação que garantam que o tacapec do capital seja absorvido sem forte resistência pelas camadas populares. Para isto, elas, as classes dominantes, têm como forte aliada a mídia, entre outros, atuando na construção do consentimento de enormes massas de cidadãos. Sem nos esquecermos de mencionar, que, as empresas de comunicação são capitalistas e se beneficiam do sistema.

Em uma sociedade de consumo, podemos ter como exemplo simples, o caso dos transportes. A necessidade real de carros próprios, devido à péssima qualidade dos transportes públicos, é aquecida pelo desejo do carro de último tipo, e do último ano, provocando investimento em tecnologia para desenvolvimento de carros cada vez mais audaciosos, como os atuais carros elétricos, e que geram mais lucros. Então são produzidos mais carros que serão comprados, muitas vezes, por pessoas que não terão recursos para pagar o imposto sobre o veículo.

Em outubro de 2024, o sul-africano Elon Musk apresentou o protótipo de um robô táxi elétrico que será produzido pela sua empresa, a Tesla, com capacidade para dois passageiros. Para manter-se bilionário, sua fortuna é estimada em US\$486 bilhões, ele sabe que precisa agir no campo das ideias. E age. Comprar o antigo *Twitter* foi uma amostra de seu poder e de sua decisão de usar a comunicação na disputa ideológica para mantê-lo e ampliá-lo. Mas ela não para por aí. O desenvolvimento tecnológico para a produção de veículos irá alimentar também a indústria da informação. Os atuais estudiosos

do tema encontram-se no meio do furacão provocado pela Internet, apimentado pelo desenvolvimento da Inteligência Artificial, e seus feitos na produção das ideias e ações individuais e coletivas. Em pouco mais de dez anos, sendo dois vividos em meio a uma pandemia, tudo, ou quase tudo, mudou na forma de produzir e consumir comunicação. Conhecimento, preparo, títulos, atributos antes indispensáveis aos porta-vozes das opiniões hegemônicas e contra hegemônicas foram varridos. Agora, por uma mensalidade baixa e um telefone celular barato, cada um é dono de sua voz, sem intermediários. E assim prolifera o mundo dos influencers que fazem a cabeça de milhões de pessoas. Só que com celular e plano de telefonia barato se pode falar na Internet, mas não se pode pesquisar nela. Para isso é preciso uma boa conexão.

DEMOCRATIZAÇÃO DE E PARA POUCOS

Obviamente que esta forma plural de fazer comunicação agradou aos defensores da democratização das comunicações. O grupo majoritário, a classe trabalhadora, enfim, estaria em condições paritárias na disputa de ideias e valores na sociedade. Os jornalistas que atuam fora dos meios tradicionais, os sindicatos, as associações de bairro, os diversos movimentos por terra, pelo meio ambiente, contra o racismo e as discriminações, com o advento da Internet, teriam condições melhores de reportar fatos, trazer dados, emitir opiniões, divulgar seus feitos. Há, há mais de três décadas, como argumenta o filósofo Pierre Lévy (2019), um processo de democratização do conhecimento em curso.

“[...] democratização do conhecimento já está ocorrendo. Ter uma comunicação ubíqua (que está ao mesmo tempo em toda parte) significa ter acesso a qualquer tipo de informação quase de graça: o melhor exemplo é a Wikipédia. Podemos também falar em blogs, redes sociais e o crescente movimento do código aberto. Quando se tem acesso a toda essa informação, quando se pode participar em redes sociais que impulsionam aprendizado colaborativo, e quando se tem algoritmos ao seu alcance que pode auxiliar a fazer muitas coisas, é um aumento genuíno na inteligência humana coletiva, um aumento que implica na democratização do conhecimento.”¹

Isso, no entanto, não se traduz necessariamente em uma democratização dos meios de comunicação. E por que uma máquina de guerra tão poderosa quanto a Internet seria deixada nas mãos do povo? Não seria de maneira alguma. Ela não foi criada para democratizar a comunicação. E rapidamente deixou de ser um espaço que chegou a ser visto como contra hegemônico, abocanhado pelo capital para gerar lucros e influência e controle político. E elas vieram e cresceram: *Microsoft* (EUA-1975), *Apple* (EUA-1976), *Amazon* (EUA-1994), *Google* (EUA-1998), *Orkut* (EUA-2004), *Facebook* (EUA-2004) e *WhatsApp* (EUA-2009).

-
1. Pierre Lévy: “A questão é: como usaremos as novas tecnologias de forma significativa para aumentar a inteligência humana coletiva?” Entrevista a revista *Fronteiras*, Julho, 2019. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/pierre-levy-a-questao-e-como-usaremos-as-novas-tecnologias-de-forma-significativa-para-aumentar-a-inteligencia-humana-coletiva#:~:text=Pierre%20L%C3%A9vy%3A%20A%20democratiza%C3%A7%C3%A3o%20do,crescente%20movimento%20do%20c%C3%B3digo%20aberto.>

Em entrevista a Borja Hermoso para o jornal *El País*, em 1º de julho de 2021, o mesmo Pierre Lévy afirmou:

“(...) Apple, Google, Microsoft, Amazon, Facebook, etc., viraram novas formas de Estado. Eu chamo isso de Estado-plataforma. Provavelmente acabarão desenvolvendo suas próprias moedas; já contam com métodos de reconhecimento de identidades mais precisos que os dos próprios governos; já regulam a opinião pública, porque são elas que dominam as redes sociais onde as pessoas se expressam, então se decidem censurar algo censuram e ponto, e se decidem valorizar algo acima do resto, também. Têm um poder ilimitado.”²

Assim como qualquer tecnologia, a Internet não é boa ou ruim para a humanidade. Depende do seu uso. E o uso da tecnologia e da comunicação a serviço do sistema não é nenhuma novidade. Se assim não fosse, a vida na Terra poderia ser diferente. Quem sabe? Não teríamos câmara de gás? Hiroshima não haveria acontecido? O agente laranja não teria existido? O Iraque e o Afeganistão poderiam ter tido outro destino se a cobertura midiática fosse diferente? Mas na história não existe se. Ela é o que.

Tanto uma quanto outra sempre estiveram na mão de quem detém o poder. E o poder está cada vez mais concentrado nas mãos de um pequeno grupo que, apavorados com a possibilidade de o perderem, acumulam cada vez mais, e se preparam para fugir do planeta quando a Terra já devastada estiver. Nesse grupo, como didaticamente nos ensina Milton Santos no filme *Por uma outra globalização*, de Sílvio Tendler, estão os donos do capital financeiro, industrial e a mídia centralizados por fundos de investimentos. Na época deste depoimento, Santos não se referia à Internet, mas sim às agências de notícias que alimentam os meios de comunicação ocidental.

A BATALHA DAS IDEIAS PÓS 1990

O que mudou na batalha das ideias, então, se os explorados sempre estiveram em desvantagem na disputa de hegemonia? Para não irmos tão longe, vamos conversar sobre os últimos 30 anos. Como dito anteriormente, as mudanças tecnológicas ocorridas não afetaram apenas o modo como as pessoas se comunicam. Elas se deram também na forma como as pessoas trabalham. Na década de 1990, período da explosão da Internet, o movimento sindical debatia freneticamente Toyotismo, automação, e, principalmente, o neoliberalismo, que vinha varrendo os direitos conquistados nos séculos XIX e XX pela classe trabalhadora, e apagando os resquícios do Estado de bem-estar social que prevalecera em boa parte do mundo no pós-guerra.

2. Pierre Lévy: “Muitos não acreditam, mas já éramos muito maus antes da internet”. Entrevista concedida a Borja Hermoso. *El País*. Madri. 1 de julho de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/eps/2021-07-01/pierre-levy-muitos-nao-acreditam-mas-ja-eramos-muito-maus-antes-da-internet.html>.

“A aplicação do chamado modelo toyotista, além de cortar custos, flexibilizar a produção, adequando-a sempre às necessidades do mercado, consegue quebrar a espinha dorsal do projeto de autoconstrução da classe que apenas começava a tomar forma. De um lado o trabalhador coletivo, constituído pelos milhares de braços e cérebros espalhados cada vez mais por todo o planeta, continua como um sujeito fundamental da produção de todos os bens e serviços necessários à humanidade. De outro lado, a dispersão e flexibilização do processo produtivo, em grande parte agora desconcentrado, isto é, realizado das mais diversas formas, fora dos muros das empresas (em pequenas oficinas terceirizadas, no trabalho em domicílio, nas falsas cooperativas, através do trabalho por “conta própria”, etc) tem fragmentado não só a atividade física, mas também a consciência coletiva.” (DE GRAZIA, 2017; p. 234)

A cantilena era a mesma em quase todo o mundo: fim de qualquer regulamentação no mundo do trabalho, fim da carteira de trabalho. Desregulamentação. Cada um por si e entregue a sua própria sorte na selva capitalista.

Vamos prestar atenção no parágrafo acima e refletir sobre ele comparando com o discurso, no ano de 2024, contra a CLT e em defesa pelo empreendedorismo, absorvido a agora repetido por setores da classe trabalhadora. No reino da Internet, “CLT” é xingamento. São os “CLTs”, dizem de peito erguido os donos das barraquinhas de cachorro quente que trabalham na escala 7X0 porque são patrões e empregados de si mesmos. Ou, para ser mais moderna, os proprietários de lojas vazias de marcas franqueadas. O que podemos dizer a respeito? Vamos criticar os trabalhadores empreendedores como se a vida deles no regime celetista fosse fácil? Seria burrice.

A eleição de Rick Azevedo à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, nas eleições municipais de 2024, com os slogans “Vida Além do Trabalho” e “Fim da jornada 6X1” surpreendeu, mas pode ajudar a entender a centralidade do trabalho na vida das pessoas e porque o canto da sereia do empreendedorismo fascina tantos jovens. Pesquisa do IBGE divulgada em 2023 revela que no País, 60,1% da população vivia com até 1 salário mínimo em 2022³. O vereador não só se elegeu, como obteve 29.364 votos, o maior número entre os candidatos do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e foi o segundo mais votado no campo da esquerda. Seriam os votos que recebeu um grito da classe assalariada pela redução da jornada de trabalho, tema central na obra do velho e atual Karl Marx, que a descrevia como “uma luta de vários séculos entre o capital e o trabalho” (1968; p. 203)

O que o jovem Rick Azevedo faz em sua atuação é retomar um debate ocorrido em 1866, no Congresso Geral dos Operários, em Baltimore, Estados Unidos, quando foi proclamado que primeiro passo para libertar o trabalho da escravidão capitalista era a obten-

3. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2023 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>.

ção de uma lei que limitasse a jornada de trabalho a oito horas. A decisão foi reafirmada pela Declaração da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), no mesmo ano em um encontro na Suíça:

“Declaramos que a limitação da jornada de trabalho é a condição prévia, sem a qual todas as demais aspirações de emancipação sofrerão inevitavelmente um fracasso. Propomos que a jornada de 8 horas seja reconhecida como o limite da jornada de trabalho.” (NPC, 2011)

Na década de 1990 do século passado, o termo pensamento único começou a ser debatido por jornalistas e grupos de esquerda que se contrapunham à ideologia neoliberal que pregava e punha em prática, em boa parte do mundo, o domínio absoluto do mercado. O apoio da mídia ao projeto neoliberal era determinante para a construção de pensamentos, ideias e valores hegemônicos na sociedade que garantissem a aceitação a uma ideologia que era contra os seus interesses vitais, como a retirada do Estado até de setores como a saúde e a educação pública. Uma ideologia que resultaria, na primeira quadra do século XXI, na exacerbação do individualismo elevado à altíssima potência pelas redes sociais onde proliferam de gatinhos adoráveis a crimes hediondos.

Segundo a cartilha do Consenso de Washington, os sindicatos tinham que ser combatidos. E assim foi feito. Na Inglaterra, Chile, França, Alemanha, os sindicatos enfrentaram ataques ferozes. O caso dos mineiros na Inglaterra causou espécie no mundo do trabalho. Através do cinema do cineasta inglês, Ken Loach, e outros, pudemos acompanhar os perversidade neoliberal na vida da classe trabalhadora através de filmes como “Ou tudo ou nada” (Inglaterra-1997), “A Cidade está tranquila” (França-2000) “Billy Elliot” (França-Inglaterra-2000) ou “Agora ou Nunca” (Inglaterra-2002). Em “Os navegadores”, Ken Loach (2001) trata da luta dos ferroviários contra a privatização da companhia de trem.

A DISPUTA DE HEGEMONIA

No Brasil, o neoliberalismo encontrou um sindicalismo forte e bem articulado em todo o país. De 1978 a 1990, nosso país foi o campeão de greves no mundo. Nele predominavam grupos da esquerda comunista, militantes vindos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e novos sindicalistas que foram se juntando aos sindicatos na época filiados à CUT. Hoje esses sindicatos se organizam nas centrais sindicais CUT, Conlutas, Intersindical, CTB...

Coube à comunicação sindical, na ausência de outros meios de comunicação, principalmente à imprensa sindical do período, com seus milhões de jornais regulares (diários, bissetemanais, semanais, quinzenais ou mensais), fazer a disputa de hegemonia. E não era uma disputa fácil ou mesmo equilibrada. Era com a *Globo*. E com a *Veja*. O jornalista Paulo Henrique Amorim, falecido em 2019, dizia que “nenhuma democracia toleraria conviver com a hegemonia que a Globo tem no Brasil”.

No Brasil, em 1919, os anarquistas chegaram a criar dois jornais diários: *A Plebe*, no Rio de Janeiro e *A Hora Social*, no Recife. Eram oito jornais diários do Partido Comunista,

em 1946. Nesta linha do tempo estão os 150 jornais da imprensa alternativa dos anos da ditadura. Com o fim desta, a safra destes jornais alternativos parou. Quem cumpriu o papel de imprensa alternativa de 1980 a 2002 foi a imprensa sindical.

Além de denunciar, desde o governo Collor, o governo FHC, o projeto neoliberal que tinha como meta a destruição dos serviços públicos, a privatização das estatais, a reforma da Previdência e a retirada de direitos dos acordos coletivos, organizava a classe para reagir. Havia sindicatos que chegavam a gastar mais de 30% do seu orçamento com a comunicação.

Na década de 1990, nos sindicatos filiados à CUT, havia seis jornais sindicais diários com uma tiragem semanal de 600 mil, que representava um tremendo poder de fogo. Havia até quem tivesse um jornal mensal para as famílias dos trabalhadores, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. O *Sindiluta*, dos Químicos de São Paulo, era diário. A CUT no Rio de Janeiro chegou a ter informativo diário, boletim semanal e jornal mensal.

E foi assim durante toda a década de 1990. A comunicação produzida pelos sindicatos enfrentou as organizações Globo, a *Veja* e os outros mecanismos de propagação de uma ideologia que pregava o Estado Mínimo, o lucro máximo, retirada de direitos e o salve-se quem puder. Não foi suficiente...

“Contando sempre com a investida ideológica dos meios de comunicação e outros instrumentos auxiliares da classe dominante, catadores de latinhas ou vendedores de cachorro-quente são apresentados como empreendedores ou microempresários. A generalização da informalidade (isto é, do desemprego disfarçado e do trabalho precarizado) é propagandeada como sinônimo de empreendedorismo, de autonomia, possibilitando a concretização do tão desejado trabalho sem patrão. Essas e outras expressões do gênero estão sempre presentes nos programas de rádio e TV, cuja função ideológica é a mesma de sempre: encobrir a realidade, alimentar ilusões e a busca de soluções individuais.” (De Grazia, 2017; p. 233)

No início dos anos 2000, a realidade já é outra. É dos anos 2000, o Fórum Social Mundial e o surgimento de veículos de comunicação com vínculos com o movimento social, com uma visão de mundo contra hegemônica aquela reinante do período do chamado pensamento único. Não era mais tão único assim. O Sul Global viveu muitas mudanças, inclusive no campo da Comunicação. Mas elas não foram suficientes para impedir que as classes dominantes mantivessem sua hegemonia, como podemos ver nos exemplos abaixo, nos quais o oprimido vota no opressor. Alguém tem dúvidas sobre qual seria, hoje, 2025, o resultado de um eventual referendo sobre a pena de morte?

. “Em 2005, 63% dos brasileiros votam em referendo a favor do comércio de armas.”⁴

. “Boa parte dos moradores do conjunto de favelas da Maré achou bom a construção de um muro para esconder a favela.”⁵

O DESAFIO DO ENFRENTAMENTO COMUNICACIONAL

O questionamento que ainda paira no ar é: o que mudou de fato na forma das pessoas se informarem e se comunicarem nos últimos trinta anos e que serve à impermeabilização frente à hegemonia do capital com seu arsenal comunicacional? Mudou o mundo do trabalho é uma das respostas. Sem fábricas, não há conselhos de fábrica.

Em entrevista a Eduardo Moreira, do Instituto Conhecimento Liberta (ICL), no ano de 2024, o psicólogo Elliot Aronson, autor do livro *O Animal Social*, ao ser perguntado sobre como conversar com as pessoas em um mundo com ideias polarizadas e pessoas crentes no que circulam nas redes sociais mesmo que não façam nenhum sentido, respondeu: “não sei”.

Estamos concorrendo com a *Globo* e também, como vimos acima, com enormes e poucas empresas estadunidenses, cujo faturamento conjunto foi, segundo Andressa da Silva e Claudio Penteado (2023),

“segundo levantamento do Visual Capitalist, cerca de 899 bilhões de dólares em 2019, o equivalente a 48,8% do PIB do Brasil. O Google (pertencente ao grupo Alphabet) controla 92% do mercado de navegação online e é o site mais visitado do mundo, o que revela o controle de dados e do fluxo de informação do mundo todo centrado em poucas empresas estadunidenses”

Além disso, fazendas de cliques são utilizadas pela extrema direita para atuar sobre a opinião pública provocando ondas e tsunamis de desinformação através da manipulação via algoritmos.

Os *engenheiros do caos*, para usar o título do livro de Giuliano da Empoli (2019), circulam pelo mundo disseminando medo e influenciando a política. Seu segredo para atingir milhões de eleitores, é saber dirigir a quem lhes interessa exatamente as mensagens que precisam receber e no momento certo. E isso vai muito além da comunicação. E muito além da fábrica. Podemos apostar nos conselhos de bairro como uma das possibilidades de se fazer a disputa de hegemonia? *

4. Em 2005, 63% dos brasileiros votam em referendo a favor do comércio de armas. Jornal O Globo, 15/10/2015. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-2005-63-dos-brasileiros-votam-em-referendo-favor-do-comercio-de-armas-17786376#ixzz8wHkfdrJc>

5. Muro da Maré: faltou diálogo com moradores. Redes de Desenvolvimento da Maré, 13/9/2011. Disponível em: <https://ibase.br/muro-da-mare-faltou-dialogo-com-moradores/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALTHUSSER, Louis. Lire le Capital. Paris: Máspero, 1965.
- ARONSON, Elliot; ARONSON, Joshua. O animal social. São Paulo: Goya, 2023.
- CHE GUEVARA, Ernesto. Textes Politiques. Tomo III. Paris: Máspero, 1970.
- DE GRAZIA, Giuseppina. Da organização pela base à institucionalização. Rio de Janeiro: Editora NPC, 2017.
- COUTINHO, Eduardo Granja (org.). Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 195-214.
- EMPOLI, Giuliano da. Os engenheiros do caos. São Paulo: Vestígio, 2020.
- GIANNOTTI, Vito. Comunicação dos Trabalhadores e Hegemonia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- _____, Vito. O que é jornalismo operário? São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 2 / 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- IBGE. Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2023 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>.
- MARX, Karl. O Capital. Paris: Flammarion, 1968.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2000.
- NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação. 1º de maio: dois séculos de lutas operárias. Cadernos de Formação. 6ª Edição, Rio de Janeiro, Editora NPC, 2011.
- SILVA, Andressa Almeida Belo da; PENTEADO, Claudio Luis Camargo. Tecnopolítica: A Tecnologia como Instrumento Central na Política do Século XXI. Revista Pesquisa ABC. N. 36. Dezembro, 2023. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/divulgacao-cientifica/pesquisabc/edicao-n-36-dezembro-de-2023/tecnopolitica-a-tecnologia-como-instrumento-central-na-politica-do-seculo-xxi#>.



REALIZAÇÃO:

NPC
Núcleo Piratininga
de Comunicação


**FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO**

APOIO:

nic.br **cgi.br**